



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

EDITAL

CLAUDIA
MICHELE
BATISTA
MARTINEZ
14/08/2026 15:50

ANDREA
HAWEROTH
EXTERROTT
14/08/2026 15:55

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9334/2026

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 02.482.005/0001-23, com sede na Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro, Florianópolis-SC, CEP 88015-905, torna público que a Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, em seu formato **ELETRÔNICO (PE)**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, para execução do objeto do presente Edital, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das exigências deste Edital e demais legislações complementares vigentes e pertinentes à matéria e ao objeto.

Sessão Pública: a partir das **13h30min*** do dia **01 de setembro de 2026**.

Local: Portal de Compras do Governo Federal, no Sistema [Compras](#).

Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras>

UASG: 080013

Licitação nº: 90/2026

Processo nº: PE 9334/2026

Limite para apresentação de proposta e documentação: até a abertura da sessão pública.

Acompanhamento: informações sobre o andamento da licitação e da efetiva contratação podem ser obtidas na página do Tribunal na Internet: <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>.

Itens 6 e 7: Participação exclusiva de interessados enquadrados como **microempresas ou empresas de pequeno porte** nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

*Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Fazem parte deste Edital os seguintes documentos:

Apêndices

I - Glossário

Anexos

- Termo de Referência
- Minuta do Termo de Contrato

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza externa de vidros e esquadrias, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, insumos e equipamentos adequados (inclusive para trabalho em altura), para atender às demandas de conservação predial das Unidades Administrativas e Judiciárias do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.



a) RELAÇÃO DE ITENS

Grupo 1

Item	Descrição	Quantidade
1	Edifício Sede - TRT 12ª Região Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro - Florianópolis/SC. Área: 1.000 m²	2 aplicações
2	Edifício - Coordenadoria de Saúde Rua Esteves Júnior, nº 395, 2º Andar (Prédio Anexo) - Centro - Florianópolis/SC. Área: 530 m²	2 aplicações
3	Edifício - Fórum Trabalhista de Florianópolis Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, nº 1588, Centro - Florianópolis/SC. Área: 980 m²	2 aplicações
4	Edifício - Fórum Trabalhista de São José Avenida Acioni Souza Filho, nº 657, Praia Comprida - São José/SC. Área: 671 m²	2 aplicações
5	Edifício - Vara do Trabalho de Palhoça Avenida Atílio Pedro Pagani, nº 855 - 1º andar - Passa Vinte (Pagani) - Palhoça/SC. Área: 61 m²	2 aplicações

Item	Descrição	
6	Edifício - Fórum Trabalhista de Joinville Rua do Príncipe, nº 31, Centro - Joinville/SC. Área: 450 m²	2 aplicações

Item	Descrição	
7	Edifício - Fórum Trabalhista de Blumenau Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1185, 1º e 2º andar, Centro - Blumenau/SC. Área: 160 m²	2 aplicações



b) OBSERVAÇÕES

b.1) Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes do Edital e as disponibilizadas pelo Sistema [Compras](#) ou as constantes dos Estudos Técnicos Preliminares, **prevalecerão as do Edital**.

b.2) O documento contendo os Estudos Técnicos Preliminares - ETP pode ser acessado por meio do procedimento previsto no subitem 4.2.7 deste Edital, com o código 2026.SDKL.QDLW.

b.3) Os requisitos e o detalhamento do objeto constam do Termo de Referência anexo.

b.4) A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

b.5) A periodicidade é de 2 aplicações anuais, distribuídas de forma espaçada nos meses de março (1ª aplicação) e setembro (2ª aplicação).

b.6) O prazo de vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 28 de outubro de 2026.

b.7) **Avaliação prévia do local** de execução para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

2.1. A participação no certame se dará por meio de acesso ao **Sistema Compras** do Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras>, com chave de identificação e senha, e a subsequente apresentação da proposta.

2.1.1. A licitação é dividida em itens, conforme detalhamento do objeto, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.1.2. No caso da formação de grupo (lote), a proposta deve ser feita para todos os itens que o compõem, não podendo ser feita apenas para parte desses itens separadamente, sob pena de desclassificação automática pelo sistema, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse.

2.2. **Poderão participar** deste pregão os interessados que até a data da sessão:

a) estejam credenciados e em situação regular junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

b) possuam os requisitos mínimos de habilitação previstos neste Edital.

c) atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

2.3. **Não poderá participar** do certame ou da execução do objeto, direta ou indiretamente, o interessado:

a) que não tenha feito previamente seu credenciamento junto ao SICAF.

b) de cujo credenciamento esteja irregular no SICAF ou deste tenha sido descredenciado em consequência da aplicação de sanção, com o registro de “inativo” na situação.

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

c.1) a vedação também se aplica ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



d) autor ou responsável pela elaboração do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, na condição de:

- d.1) pessoa física ou jurídica.
- d.2) empresa, isoladamente ou em consórcio.
- d.3) empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto.
- d.4) responsável técnico ou subcontratado.
- d.5) empresa integrante do mesmo grupo econômico.

e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TRT 12ª Região ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

e.1) caracteriza vínculo também a existência no quadro societário de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

f) que seja agente público do TRT 12ª Região ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

g) empresa controladora, controlada ou coligada, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

h) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

i) estrangeiro que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

j) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

k) que não atenda às condições deste Edital.

l) que esteja sob falência ou insolvência civil, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

l.1) Será permitida a participação de empresa que apresente o ato de deferimento de recuperação judicial, com a expressão “em Recuperação Judicial” acrescida após o nome empresarial, desde que comprove não estar em débito com o sistema da seguridade social.

m) sociedade cooperativa.

m.1) Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



m.2) Nesse caso, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

n) entidade empresarial que esteja reunida na forma de consórcio.

o) pessoa física.

3. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO SICAF

3.1. O credenciamento deverá ser feito junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio Compras.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

3.1.1. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema implica a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

3.1.2. Não cabe ao provedor do sistema ou a este Tribunal qualquer responsabilidade por danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. A documentação exigida para cada nível de cadastramento encontra-se prevista no Manual do Sicafe, disponível no Portal de Compras do Governo Federal.

4. DA CONDUÇÃO DO CERTAME E DAS RESPONSABILIDADES

4.1. Na condução do certame, as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

4.1.1. Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento antecedem a fase de habilitação.

4.2. O certame será conduzido pelo agente de contratação e pela equipe de apoio, devidamente designados pela autoridade competente do Tribunal, com o auxílio da equipe de planejamento da contratação e da assessoria jurídica em todas as fases do processo licitatório.

4.2.1. Para todas as referências de tempo será seguido o horário de Brasília (DF).

4.2.2. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e os prazos só se iniciam e vencem em dias de expediente na Administração.

4.2.3. Caso o orçamento estimado da contratação tenha caráter sigiloso, ele será tornado público após a negociação e a definição do resultado do julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação das informações necessárias para a elaboração das propostas.

4.2.4. Poderão ser feitas diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, a confirmar a integridade e a autenticidade de documentos e a veracidade das informações, bem como a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, de maneira que o formalismo não seja excessivo e se sobreponha à forma necessária, à segurança jurídica e à vantajosidade da proposta.

4.2.4.1. As diligências serão feitas mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e aos documentos e informações obtidos será atribuída a devida eficácia para fins de habilitação e classificação.



4.2.5. Quando a sessão pública for suspensão, em qualquer fase, a data e o horário da sua reabertura serão informados no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

4.2.5.1. Esse procedimento será adotado especialmente nos casos em que seja necessário que o licitante esteja conectado para exercer seus direitos, a exemplo de abertura de prazo para manifestação de intenção de recurso ou de volta de fase em disputa.

4.2.6. A prática dos atos, a comunicação entre as partes e o envio de documentos deverá ser feito exclusivamente via sistema eletrônico do [Compras](#), nos campos próprios para troca de mensagens e arquivos entre o agente de contratação e os licitantes.

4.2.6.1. Serão definidos prazos razoáveis para resposta e prática de atos pelos licitantes, de forma que haja tempo hábil para que os interessados observem as mensagens do chat, especialmente quando a sessão se prolongar por mais de um dia.

4.2.6.2. Na impossibilidade de utilização do sistema ou a critério da Administração, devidamente motivado, o contato ou o envio de documentos poderá ser feito à SELIC por meio do *e-mail*, com o assunto da mensagem iniciando por “Pregão Eletrônico 9334/2026”, ou do endereço físico informados no item 20 do Edital.

4.2.6.3. Nos contatos que precisarem ser realizados pela Administração fora do sistema eletrônico do [Compras](#), será utilizado prioritariamente o correio eletrônico, endereçado aos *e-mails* informados nas propostas ou aos constantes do SICAF, reforçando a responsabilidade quanto à observância dos subitens 4.3.4 e 4.3.5 do Edital.

4.2.6.4. Eventuais contatos telefônicos, quando realizados, serão reduzidos a termo se necessário e juntados ao processo para formalizar e dar publicidade a qualquer tratativa efetuada no curso da licitação.

4.2.7. A disponibilização de documentos do processo poderá ser feita por meio da divulgação de cópia na Internet, no endereço <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>, ou do código de verificação da autenticidade da cópia, para consulta diretamente no endereço <https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>.

4.2.8. A vista dos demais documentos que compõem os autos do processo licitatório será concedida aos interessados conforme procedimento detalhado no subitem 20.2 do Edital.

4.2.9. Ao final da sessão será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, com o registro dos atos praticados durante o certame.

4.3. **Caberá única e exclusivamente ao licitante**, em especial, a responsabilidade:

4.3.1. por credenciar-se previamente no SICAF.

4.3.2. pelo sigilo e pelo uso das suas senhas pessoais e intransferíveis.

4.3.3. por comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.3.4. por conferir a exatidão dos seus dados cadastrais, **em particular do seu endereço de correio eletrônico – e-mail**, e por mantê-los atualizados, corrigindo ou alterando os registros em caso de inconsistência, sob pena de inabilitação.

4.3.5. por incluir os *e-mails* do Tribunal, que terão como remetentes cpl@trt12.jus.br, secon@trt12.jus.br ou naoresponda@trt12.jus.br, na lista de endereços confiáveis do usuário para evitar que as mensagens sejam automaticamente descartadas ou filtradas como spam.



4.3.6. por assumir todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, pois a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.3.7. por remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço ou o desconto até a data e hora marcadas para abertura da sessão.

4.3.8. pelo acesso e por sua conexão com o sistema eletrônico, por acompanhar as operações durante a sessão pública do pregão, e também pelo ônus decorrente da sua desconexão ou da inobservância das mensagens enviadas pelo sistema.

4.3.9. pelo acompanhamento, com razoável frequência e regularidade, das mensagens deixadas no chat do sistema, especialmente quando a sessão se prolongar por mais de um dia.

4.3.10. pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus lances e os atos praticados, ainda que por terceiros.

4.3.11. por fornecer todo detalhamento, informações e documentos necessários à comprovação de que a proposta é exequível e atende plenamente às especificações do objeto.

4.3.12. pela integridade e pelo conteúdo dos arquivos encaminhados, sob pena de desclassificação em caso de problemas na descompactação, na leitura ou de compatibilidade.

4.3.13. pelo conhecimento e atendimento das condições previstas neste Edital, e pela manutenção das condições de habilitação exigidas, principalmente as referentes à regularidade fiscal e trabalhista, durante toda vigência da contratação e de sua execução, caso seja contratado.

4.3.14. por comunicar imediatamente ao Tribunal a ocorrência de qualquer alteração que possa comprometer o fornecimento do objeto.

4.3.15. por declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição ou requisito, que sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.3.16. por peticionar junto ao Tribunal para requerer esclarecimentos, retificações no Edital ou revisão de atos, julgamentos e decisões praticados no curso da licitação.

4.3.17. por cumprir integralmente as condições firmadas em sua proposta e formalizadas em outro instrumento dela decorrente, como nota de empenho, ata de registro de preços, instrumento de contrato, entre outros, conforme o caso.

4.4. Caberá à autoridade competente a verificação da legalidade dos atos praticados na licitação, a determinação de sua correção jurídica ou de sua anulação, a avaliação de conveniência e oportunidade da contratação, a decisão sobre recursos administrativos interpostos ou outras petições feitas no curso do processo, a adjudicação do objeto e a homologação da licitação.

4.4.1. Atos que apresentarem defeitos sanáveis e que não evidenciem danos ao interesse público nem prejuízos a terceiros poderão ser convalidados.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. A apresentação de proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



5.2. O licitante deverá preencher o Termo de Aceitação, preenchendo as **declarações específicas** sobre as condições de participação, de habilitação e de cumprimento à legislação trabalhista, assinalando as declarações nos campos próprios do sistema, nos seguintes teores:

a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

c) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

e) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

5.3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP), previamente ao registro da proposta o licitante deverá declarar, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

5.3.1. A assinalação do campo “não” permitirá que a empresa participe das licitações destinadas à ampla concorrência, mas impossibilitará o usufruto desse tratamento favorecido e impedirá a participação nos itens exclusivos para ME/EPP, mesmo que o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.4. Em seguida, a proposta deverá ser apresentada **exclusivamente por meio eletrônico no sistema [Compras](#)** antes da abertura da sessão pública, mediante:

5.4.1. **descrição geral** do objeto ofertado em campo próprio do sistema, se houver.

5.4.1.1. É facultada a utilização da expressão "de acordo com o edital" para declarar que o objeto ofertado atende aos requisitos sem detalhá-los neste momento.

5.4.2. **preenchimento do valor unitário do item (1 aplicação)** ofertado no campo “Valor Unitário(R\$)”.



5.4.2.1. O valor total do item (2 aplicações) deverá ser o resultado da multiplicação do valor unitário, com apenas duas casas decimais, pela quantidade do item.

5.4.2.2. O valor total do grupo será o resultado da soma dos valores totais dos itens que o compõem, calculado automaticamente pelo sistema.

5.4.2.3. Nos preços ofertados deverão estar incluídas todas as despesas, custos e encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto deste pregão.

5.4.3. preenchimento facultativo dos demais campos disponíveis no sistema com informações e detalhes acerca do objeto ofertado, sendo vedada a identificação do licitante.

5.5. Neste momento, até a abertura das sessão:

5.5.1. qualquer informação que possa identificar o licitante antes do término da etapa de lances, a exemplo de número de telefone, CNPJ e endereço de *e-mail*, importará na desclassificação da proposta;

5.5.2. os licitantes poderão retirar ou alterar sua proposta, preços e condições cadastradas, bem como retirar ou substituir documentos inseridos; e

5.5.3. não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Quando do cadastramento da proposta e desde que disponibilizada a funcionalidade pelo sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor de lance final, que possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o pregoeiro.

5.6.1. Dessa forma, os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final registrado e o intervalo mínimo de diferença.

5.6.2. O valor de lance final poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedada a mudança para valor menos vantajoso do que o melhor lance já ofertado pelo fornecedor no sistema.

5.7. Após a abertura da sessão pública, a proposta e os documentos enviados não poderão mais ser excluídos ou alterados, ressalvada a alteração de preço decorrente de lances ofertados.

5.7.1. Pedidos de desistência da proposta feitos após a abertura da sessão não serão aceitos, salvo em caráter excepcional, no caso de motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, apurado em processo administrativo e aceito pela Administração.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. Na data fixada para a realização do pregão, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema no horário previsto no edital, com listagem das propostas de preços de cada item licitado, ordenadas automaticamente.

6.1.1. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

6.1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo agente de contratação.



6.1.3. Caso o licitante tenha problemas com o acesso ou utilização do sistema eletrônico, poderá consultar o Portal de Compras, no endereço www.gov.br/compras, para mais informações, ou então entrar em contato por meio do Portal de Atendimento, no endereço <https://portaldeservicos.economia.gov.br>, ou do telefone 0800 978 9001 para dúvidas, sugestões ou registro de chamados de suporte de segunda à sexta-feira, das 7h às 20h.

7. DA ETAPA DE ENVIO DE LANCES E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Após abertura da sessão pública, terá início a fase competitiva e os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.1.1. O pregoeiro, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.1.2. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.2. O licitante conectado ao sistema poderá oferecer lances sucessivos, desde que de valor inferior ao último por ele registrado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores.

7.2.1. Os lances deverão ser ofertados pelo **valor unitário do item (1 aplicação)**.

7.2.1.1. A cada lance enviado, o sistema calculará automaticamente o valor total do item e o valor total do grupo correspondente, consistindo este último na proposta ofertada para fins de julgamento ao final da disputa.

7.2.2. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances será de R\$ 0,01, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.2.3. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.2.4. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.3. O **modo de disputa** da fase competitiva será o **aberto**.

7.3.1. Nele, a etapa de envio de lances é **aberta** e terá **duração inicial de 10 minutos**.

7.3.2. Após esse período, **a etapa será prorrogada automática e sucessivamente pelo sistema por 2 minutos a cada novo lance ofertado**, contados a partir do horário do registro.

7.3.3. O sistema informará os valores dos lances e os seus horários de registro, sem revelar a identificação dos autores até o encerramento da fase de envio de lances e sem aceitar lances de valor igual, quando fará prevalecer aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.3.4. Caso nenhum lance seja ofertado no período de prorrogação da etapa, a disputa será automaticamente encerrada.

7.3.4.1. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações, mediante a convocação dos licitantes para apresentarem lances intermediários.



7.4. Após a etapa de envio de lances de cada item, o sistema detectará automaticamente eventual ocorrência de empate para que se realize o procedimento de desempate.

7.4.1. Constitui situação de empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, a existência de proposta de ME/EPP igual ou diferente em até 5% em relação a melhor proposta, caso esta não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.4.1.1. A ME/EPP melhor classificada será convocada para, no prazo de 5 minutos, apresentar novo lance final para cobrir a melhor proposta e encerrar a disputa do item na condição de arrematante.

7.4.1.1.1. Se houver duas ou mais empresas empatadas, o sistema efetuará o sorteio de forma automática para definir a ordem de exercício da preferência.

7.4.1.2. Caso a convocada não ofereça lance, será convocada a próxima ME/EPP em situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício desse direito.

7.4.1.3. Não havendo oferta de lance por ME/EPP nessa situação de empate, segue-se a ordem de classificação e aplicam-se os próximos critérios de desempate, se for o caso.

7.4.1.4. Este critério de desempate não se aplica nas licitações cuja participação seja exclusiva de empresas ME/EPP e nas vedações constantes do artigo 3º, §4º da lei.

7.4.2. Em caso de empate real, o desempate ocorrerá para definir a ordem de classificação para exercício de direito em empate ficto, caso haja mais de um favorecido em igualdade de condições, ou a ordem de classificação final no certame.

7.4.2.1. Em caso de empate real entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

1º) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

2º) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

3º) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4º) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.4.2.2. Persistindo o empate, em igualdade de condições será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas:

1º) estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

2º) brasileiras;

3º) que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;

4º) que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.4.2.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



7.5. Se o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos normalmente, sem prejuízo dos atos realizados, durante os primeiros 10 minutos.

7.5.1. Caso a desconexão para o pregoeiro persista por mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e seu reinício será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo pregoeiro nos termos do subitem 4.2.5 do Edital.

7.6. A fase competitiva será encerrada após a etapa de envio de lances e a aplicação dos critérios de desempate, e o sistema ordenará as propostas por ordem de classificação no certame.

8. DA NEGOCIAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA O ENVIO DE DOCUMENTOS

8.1. A negociação será feita apenas em relação ao valor da proposta, diretamente com o licitante melhor classificado, pelo sistema eletrônico, mediante o envio de contraproposta.

8.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, na ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.2. Concluída a negociação, o licitante mais bem classificado será convocado, por meio do sistema eletrônico, para enviar a proposta comercial ajustada ao valor final, com as informações do **item 9**, e a documentação de habilitação, detalhada no **item 10**, no prazo de **24 horas**.

8.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período:

8.2.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela Administração e desde que tenha sido solicitado antes do fim do prazo inicialmente concedido; ou

8.2.1.2. de ofício, a critério da Administração, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.2.2. Após a entrega dos documentos, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.2.2.1. complementar informações acerca dos documentos já apresentados quando necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

8.2.2.2. atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.2.2.3. sanar erros ou falhas nos termos estabelecidos no subitem 4.2.4, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação das propostas e de habilitação.

8.2.2.3.1. Caracteriza-se como erro ou falha sanável, e não como apresentação de novo documento, o envio posterior de documento, que já existia ou que já poderia existir, que se destina a atestar uma condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, mas que não foi enviado anteriormente.

8.2.2.4. demonstrar a exequibilidade da sua proposta, quando exigido.

8.2.3. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa, não mantiver sua proposta, em especial quando:

8.2.3.1. não enviar a proposta ajustada quando convocado;

8.2.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



- 8.2.3.3. pedir para ser desclassificado após a etapa competitiva; ou
- 8.2.3.4. deixar de apresentar amostra quando exigível.

9. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL

9.1. A **proposta comercial** deverá ser devidamente **assinada pelo representante legal** e detalhar o bem ofertado com no mínimo as seguintes informações:

9.1.1. Detalhamento dos serviços ofertados.

9.1.1.1. Anexa à proposta comercial pode ser enviada documentação técnica complementar para facilitar a comprovação das características do objeto ofertado.

9.1.2. **Valores unitários e totais** para cada item e valor total do grupo, se for o caso, em moeda corrente nacional.

9.1.2.1. Os valores unitários (1 aplicação) devem ser preenchidos apenas até a segunda casa decimal e desconsiderar as demais, para que não haja erros quanto à formação do valor total.

9.1.2.2. O valor total do item (2 aplicações) deverá ser o resultado da multiplicação do valor unitário, com apenas duas casas decimais, pela quantidade do item.

9.1.2.3. O valor total do grupo, se houver, deverá ser a soma dos valores totais dos itens.

9.1.3. **Início da execução** em de 28 de outubro de 2026.

9.1.4. **Prazo de validade da proposta** não inferior a 60 dias da data do pregão.

9.1.4.1. A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 dias.

9.1.5. **Dados do fornecedor**, com CNPJ da unidade que efetuar o faturamento, endereço completo e telefone.

9.1.6. **Endereço(s) de correio eletrônico – e-mail.**

9.1.6.1. A comunicação por *e-mail* será a forma oficialmente adotada nas etapas posteriores ao uso do sistema, por isso a importância do(s) endereço(s) estar(em) atualizado(s).

9.1.7. **Dados Bancários**, com Banco, Agência e número de Conta Corrente.

9.1.8. **Nome e cargo** do responsável pelo preenchimento da proposta, acompanhado do instrumento de comprovação de poderes para representar o licitante.

9.1.9. Informações complementares facultativas:

9.1.9.1. Indicação de preposto representante da empresa, com telefone e *e-mail* para contato.

9.1.9.2. Indicação do responsável pela assinatura do contrato, com respectivo cargo na empresa, número da identidade, CPF, *e-mail* funcional e cópia digitalizada de documento oficial de identificação com foto, para cadastramento conforme subitem 20.2.



10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Além das declarações afirmativas de atendimento aos requisitos do subitem 5.2, feitas diretamente no sistema, os documentos de habilitação deverão ser apresentados pelo arrematante, quando convocado pelo pregoeiro, e possuir validade até, pelo menos, a data prevista para a sessão.

10.1.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação referentes a provas de regularidade que já constem do SICAF ou de registro cadastral mantido por órgão ou entidade pública, desde que feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.2. Referente à **habilitação jurídica** será exigida a apresentação de:

10.2.1. Documento de comprovação de existência jurídica da pessoa e da capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, a exemplo das formas a seguir:

10.2.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.2.1.2. No caso de Microempreendedor Individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, quando permitida a participação.

10.2.1.3. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.2.1.4. No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

10.2.1.5. No caso de sociedade por ações, o ato constitutivo, acompanhado da ata da eleição de seus administradores, registrados na Junta Comercial.

10.3. Referente à **habilitação fiscal, social e trabalhista** será exigida a apresentação de:

10.3.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

10.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.3.3. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

10.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

10.3.6. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

10.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.



10.4. Referente à **qualificação técnica** será exigida a apresentação de:

10.4.1. Apresentação de 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços continuados ou eventuais de limpeza de fachadas, vidros externos ou esquadrias com utilização de técnicas de trabalho em altura (cadeira suspensa, balancim, plataforma ou alpinismo industrial).

10.4.1.1. Para comprovação, o atestado (ou o somatório) deverá abranger áreas que correspondam a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da metragem prevista para 01 (uma) aplicação do respectivo lote ao qual a licitante concorre:

10.4.1.1.1. Grupo 1 (Grande Florianópolis): Comprovação mínima de 1.621,10 m².

10.4.1.1.2. Item 6 (Região Norte/Joinville): Comprovação mínima de 225,00 m².

10.4.1.1.3. Item 7 (Vale do Itajaí/Blumenau): Comprovação mínima de 80,00 m².

10.4.1.1.4. Será amplamente admitida a soma de atestados para atingir os quantitativos mínimos, sem exigência de concomitância, desde que os atestados certifiquem a execução da mesma natureza de serviço (limpeza em altura).

10.5. Referente à **qualificação econômico-financeira** será exigida a apresentação de:

10.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.6. Será exigido também que o licitante **assinale a opção “sim” nas declarações** específicas constantes do subitem 5.2 quando do cadastramento da proposta no sistema.

10.6.1. Para firmar a declaração da letra “f” é assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia, a ser agendada individualmente junto à Coordenadoria de Serviços Gerais, das 12h às 18h em dias úteis, por meio do telefone (48) 3216-4014 e *e-mail* csq@trt12.jus.br.

10.6.2. A não realização da vistoria não será motivo para posteriores alegações de desconhecimento das condições locais, instalações existentes, dúvidas ou esquecimentos de detalhes do local, devendo a licitante vencedora assumir o ônus dos serviços decorrentes.

10.7. A regularidade será comprovada em regra com a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, ou excepcionalmente por outro meio idôneo legalmente aceito.

10.7.1. Os documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

10.8. Os documentos obtidos via Internet estarão sujeitos à verificação da autenticidade no site correspondente, enquanto os demais documentos poderão ser apresentados em fotocópia simples, sem prejuízo do disposto no subitem 4.2.4 do Edital.

10.9. Restrições à regularidade fiscal e trabalhista não impedem a participação de **microempresa e empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.9.1. Deverá ser apresentada toda a documentação, mesmo que com restrição, e será concedido prazo para a regularização caso seja declarada vencedora do certame.



10.10. O licitante vencedor deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

11.1. Inicialmente será feita a verificação da existência de sanções que impeçam a participação no certame ou a contratação com a Administração e, consequentemente, impliquem sua desclassificação, juntando-se ao processo as seguintes consultas:

a) Portal da Transparência, em relação ao detalhamento de sanções vigentes (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>) do:

a.1) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; e

a.2) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

b.1) Essa consulta será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

c) Ocorrências impeditivas ativas no SICAF.

c.1) Eventuais ocorrências apontadas pelo SICAF como impeditivas indiretas não implicarão, por si só, a inabilitação, e poderão ensejar a abertura de processo administrativo específico para apuração de possível tentativa de abuso do direito.

11.2. Após a entrega da proposta e da documentação, registrar-se-á na sessão que o item será encaminhado à área técnica e/ou demandante da contratação para análise e manifestação.

11.2.1. Caso a proposta melhor classificada consigne valores superiores aos inicialmente estimados na fase de planejamento, para seu aceite em caráter excepcional deverá constar justificativa e nova pesquisa de preços, para verificar eventual alteração dos valores praticados no mercado, com a consequente alteração do valor estimado da contratação.

11.2.2. A justificativa e o resultado da nova pesquisa serão submetidos à análise e decisão da autoridade competente da contratação quanto à possibilidade de aceite da proposta.

11.3. No julgamento da proposta, será arrematante o licitante que ofertar o **menor preço do item**, desde que atendidas as especificações do objeto e as disposições deste Edital.

11.3.1. Haverá indício de inexecuibilidade quando a proposta ofertar valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração, que demandará diligência para esclarecimento.

11.3.1.1. A proposta somente será considerada inexecuível após diligência que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.3.2. Será desclassificada a proposta que:

a) conter vícios insanáveis.

b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital.

c) apresentar preços inexecuíveis;

d) não tiver a exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;



f) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;

g) evidenciar alguma das condutas descritas no subitem 8.2.3 do Edital.

11.4. No julgamento da habilitação, será avaliado o atendimento pelo licitante melhor classificado dos critérios de habilitação fixados, com a demonstração de sua capacidade em realizar o objeto da licitação.

11.4.1. Será verificado o cumprimento das condições de participação previstas no Edital por meio de consulta ao SICAF, em relação aos documentos por ele abrangidos, e da análise da documentação enviada pelo licitante.

11.4.2. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.4.3. ME/EPP com restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será considerada habilitada e assegurado-lhe o prazo de 5 dias úteis para a regularização, a contar do momento em que for declarada vencedora do certame.

11.4.3.1. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração e desde que solicitado antes do término do prazo inicial.

11.4.3.2. A não regularização da documentação implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

11.5. Na análise dos documentos, poderão ser realizadas diligências conforme previsto nos subitens 4.2.4 e 8.2.2 do Edital.

11.5.1. Em caso de desclassificação ou inabilitação, o pregoeiro examinará as próximas propostas, na ordem de classificação, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação.

11.6. O licitante que tenha sua proposta aceita e que seja julgado habilitado será declarado vencedor do certame.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Cabe recurso, a ser interposto mediante dois procedimentos distintos e sucessivos – manifestação de intenção e apresentação das razões – em face dos atos de:

12.1.1. julgamento das propostas.

12.1.2. habilitação ou inabilitação de licitante.

12.1.3. anulação ou revogação da licitação.

12.2. A **manifestação de intenção de recorrer** poderá ser feita por qualquer licitante, **de forma imediata**, em campo próprio do sistema, **no prazo de até 30 minutos** após a conclusão da habilitação e a declaração do vencedor.

12.2.1. A ausência de manifestação tempestiva da intenção de recorrer importará em preclusão, e o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação da licitação.

12.3. Será concedido o **prazo de 3 dias úteis para a apresentação das razões do recurso** em campo próprio do sistema eletrônico.

12.3.1. A ausência das razões recursais também importará em preclusão, e o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para adjudicação e homologação.



12.4. Os demais licitantes poderão apresentar **contrarrazões ao recurso interposto, no prazo de 3 dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação das razões recursais**, em campo próprio do sistema eletrônico, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5. Na análise das razões e contrarrazões, o pregoeiro poderá reconsiderar a decisão objeto do recurso ou submetê-lo, devidamente informado, à consideração da autoridade superior, que proferirá decisão administrativa definitiva antes da adjudicação do objeto ao vencedor e da homologação do procedimento.

12.5.1. O recurso administrativo interposto terá efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.5.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

12.6. O recurso que não for conhecido não impedirá a Administração de rever de ofício qualquer ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente.

13.2. A autoridade competente, ao julgar regular o processo licitatório e entender que estão mantidas a conveniência e a oportunidade da contratação, adjudicará o objeto ao vencedor e homologará o processo licitatório.

13.2.1. Caso sejam constatadas irregularidades no processo, a autoridade competente pode determinar o retorno dos autos para saneamento.

13.2.2. Em caso de ilegalidade insanável, a autoridade competente procederá à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, indicando expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subseqüentes que deles dependam.

13.2.2.1. Caso a ilegalidade seja constatada durante a execução contratual, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos constantes do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3. Por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado, a autoridade competente poderá revogar a licitação.

13.2.4. Nos casos de anulação e revogação será assegurada prévia manifestação dos interessados.

13.3. Esses atos não conferem ao licitante vencedor direito à contratação, pois geram apenas expectativa de direito, a ser confirmado com a assinatura do termo de contrato.

14. DA EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO

14.1. Após a homologação do resultado, o licitante vencedor será convocado para retirar a Nota de Empenho, que será emitida e disponibilizada para acesso no site deste Tribunal – <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>.



14.1.1. A comunicação da disponibilização da Nota de Empenho será feita **exclusivamente para o endereço de e-mail informado pelo licitante**, observando-se o previsto nos subitens 4.3.4 e 4.3.5 deste Edital.

14.2. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho

02.122.0033.4256.0042 - 0000

Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Natureza da Despesa

3390.39 - Outros Serviços de Terceiros – PJ

15. DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. O instrumento de contrato será disponibilizado no Portal PROAD e o adjudicatário será convocado, conforme procedimento previsto no subitem 20.2, para assinatura no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data do envio do *e-mail* descrito no subitem 20.2.4, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, observando-se o previsto no subitem 4.3.5 deste Edital.

15.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.2. Na impossibilidade da realização da assinatura por meio do Portal PROAD, o licitante deverá solicitar a assinatura em documento físico à Seção de Contratos – SECON, por meio do *e-mail* secon@trt12.jus.br ou dos telefones (48) 3216-4092 ou 3216-4161.

15.1.2.1. Nessa hipótese, o instrumento de contrato será encaminhado à empresa adjudicatária por *e-mail*, devendo ser devolvido no prazo de 5 dias úteis a contar do recebimento.

15.2. A prestação da garantia contratual está detalhada na cláusula “DA GARANTIA DO CONTRATO” prevista na minuta do termo de contrato anexa.

15.3. Na hipótese de o vencedor não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para:

15.3.1. celebrar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor;

15.3.2. negociar com vistas a obtenção de preço melhor, mesmo que menos vantajoso que o do licitante vencedor, caso nenhum aceite a contratação nos termos do licitante vencedor;

15.3.3. celebrar a contratação nas condições ofertadas pelo próprio licitante, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.



16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. A execução do objeto da presente licitação se dará conforme cláusula “DA EXECUÇÃO DO CONTRATO” prevista na minuta do termo de contrato anexa.

16.2. A contratada deverá atender às condições previstas:

16.2.1. na Resolução nº 310, de 24 de setembro de 2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, que trata das diretrizes de sustentabilidade nas contratações.

17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1. A liquidação e o pagamento serão efetuados de acordo com a cláusula “DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO” prevista na minuta do termo de contrato anexa.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Durante o certame, ficará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, o licitante que cometer qualquer das infrações abaixo.

18.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave em relação às seguintes condutas do licitante:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro dos prazos de validade de sua proposta.

18.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos, em relação às seguintes condutas do fornecedor:

- a) praticar qualquer das infrações nas letras “a” a “c” do subitem anterior quando se justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida.
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- c) fraudar ou praticar ato fraudulento na licitação.
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/ 2013.

18.1.3. Multa compensatória, estipulada em valor entre 0,5% e 30% sobre o valor da contratação, por qualquer das infrações elencadas nas letras dos subitens anteriores, e poderá ser aplicada cumulativamente com aquelas sanções.

18.2. O licitante contratado ficará sujeito às sanções previstas na cláusula “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS” da minuta do termo de contrato anexa.



18.3. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei ou para provocar confusão patrimonial.

18.3.1. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.4. Na aplicação das sanções definidas neste Edital serão observados os conceitos, critérios, prazos e procedimentos estabelecidos na Portaria PRESI nº 340/2022 do TRT 12ª Região, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 13 de junho de 2022 e disponível no endereço <https://dspace.trt12.jus.br//handle/123456789/77013>.

19. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

19.1. Os pedidos de esclarecimento sobre os termos do Edital deverão ser enviados para o e-mail cpl@trt12.jus.br até 3 dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

19.2. Impugnações ao Edital por irregularidades poderão ser feitas até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública, por meio do e-mail cpl@trt12.jus.br.

19.2.1. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, salvo em caráter excepcional devidamente motivado nos autos do processo da licitação.

19.2.2. Caso a impugnação seja julgada procedente e implique alteração dos termos do Edital, a licitação será republicada, com marcação de nova data para a sessão.

19.3. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão divulgadas ao público exclusivamente na página do Tribunal na Internet, no endereço <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>, e vincularão os participantes e a Administração.

19.4. Petições feitas no curso do certame que não sejam conhecidas como pedido de esclarecimento, impugnação ou recurso administrativo serão também juntadas ao processo e analisadas oportunamente pela autoridade competente.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Toda correspondência física deverá ser endereçada à Coordenadoria de Cadastramento de Recursos aos Tribunais Superiores – PROTOCOLO, situada na Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro, 88015-905, Florianópolis/SC, entre 12 e 18 horas, aos cuidados da Seção de Preparo de Licitações – SELIC.

20.2. Os procedimentos de vista à documentação do processo e de assinatura do contrato serão feitos via Portal PROAD, após cadastramento prévio do representante legal mediante o envio dos seguintes dados:

- a) Nome Completo, CPF, RG e órgão expedidor.
- b) E-mail funcional do representante e telefone de contato.
- c) Endereço completo da empresa, com CEP.
- d) Cópia digitalizada de documento oficial de identificação com foto.



20.2.1. Essas informações deverão ser enviadas por *e-mail* para:

20.2.1.1. cpl@trt12.jus.br no caso de pedido de vista à documentação; ou

20.2.1.2. secon@trt12.jus.br no caso de assinatura do contrato.

20.2.2. O representante receberá em seu *e-mail* uma mensagem com o assunto “PROAD (TRT/SC): Liberação de acesso”, contendo um link para conclusão do cadastramento, que deverá ocorrer no prazo de 2 (dois) dias úteis.

20.2.2.1. Os *e-mails* enviados pelo Portal PROAD terão como remetente “naoresponda@trt12.jus.br”, que deve ser incluído na lista de endereços confiáveis do usuário para evitar que as mensagens sejam automaticamente descartadas ou filtradas como spam.

20.2.3. O representante legal deverá definir duas senhas, pessoais e intransferíveis: uma para acesso e visualização de documentos, outra para assinatura de documentos.

20.2.4. Concluído o cadastramento, o acesso a cada documento será concedido por meio de link individual enviado por *e-mail*, com o assunto: “PROAD: Convite para visualizar” ou “PROAD: Convite para assinar”.

20.2.5. O tratamento dos dados pessoais coletados em decorrência do presente Edital está em integral conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

20.2.6. Especialmente em relação à proteção e às finalidades de utilização, o tratamento desses dados prescinde de consentimento do titular, inclusive para eventual compartilhamento, e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.

20.3. Informações técnicas referentes ao objeto deverão ser obtidas junto ao Coordenadoria de Serviços Gerais, com o Sr. Alessandro Gonçalves Vieres, no horário das 12 às 19 horas, pelo telefone (48) 3216-4014 ou pelo *e-mail* alessandro.vieres@trt12.jus.br.

20.4. Informações complementares poderão ser obtidas junto à Seção de Preparo de Licitações – SELIC, no horário das 12 às 19 horas, pelos telefones (48) 3216-4069 ou pelo *e-mail* cpl@trt12.jus.br.

Florianópolis, 14 de agosto de 2026.

Original assinado eletronicamente no
Processo Administrativo Virtual - PROAD

ANDRÉIA HAWERROTH EXTERKÖTTER
Coordenadora de Licitações e Contratos

Original assinado eletronicamente no
Processo Administrativo Virtual - PROAD

CLÁUDIA MICHELE BATISTA MARTINEZ
Chefe da Seção de Preparo de Licitações Substituta



APÊNDICE I

GLOSSÁRIO

A seguir são apresentadas algumas definições, de forma bem simplificada, para facilitar a compreensão das etapas da licitação e dos termos do Edital por parte dos interessados, mas que não se sobrepõem à correta e completa definição legal, jurídica e doutrinária das expressões.

Expressão	Definição
<u>Adjudicação</u>	Ato pelo qual a Administração atribui ao licitante vencedor o objeto da licitação, conferindo-lhe o direito subjetivo de não ser preterido em favor de outro licitante.
<u>Apresentação da proposta</u>	Ato do interessado que formaliza sua participação no certame, que pressupõe o pleno conhecimento dos termos do Edital e o atendimento integral das exigências previstas.
<u>Arrematante</u>	Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar na disputa, mas que ainda não teve sua proposta aceita ou ainda não foi julgado habilitado.
<u>Contratado</u>	Licitante a quem tenha sido adjudicado o objeto, responsável por executá-lo após ter firmado termo de contrato com a Administração ou recebido instrumento equivalente, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
<u>Credenciamento</u>	Etapla prévia à participação no certame, que objetiva identificar o representante legal para praticar os atos concernentes à licitação em nome do participante. No SICAF é o nível básico do registro cadastral, que permite a participação dos interessados nas modalidades licitatórias em sua forma eletrônica pelo Compras.gov.br.
<u>Declaração de vencedor</u>	Ato praticado pelo pregoeiro imediatamente após a habilitação do licitante detentor da melhor proposta aceita, que serve de termo inicial do prazo de interposição de recurso.
<u>Documentos de habilitação</u>	Documentos exigidos para comprovação da habilitação do licitante para o certame.
<u>Empate ficto</u>	Situação em que propostas de valores distintos devem ser consideradas empatadas em razão de tratamento favorecido previsto em legislação específica.
<u>Empate real</u>	Situação em que os valores das propostas são exatamente idênticos. Pode ocorrer somente em relação a propostas sem lances ofertados na fase aberta ou em relação a lances ofertados na fase fechada, quando houver.
<u>Empenho</u>	Etapla de reserva dos recursos necessários e de criação da obrigação de pagar quando o bem for entregue ou o serviço for prestado, com a emissão de Nota de Empenho.
<u>Etapla de envio de lances</u>	Também conhecida como fase competitiva, é aquela após a classificação das propostas na qual o licitante pode encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para melhorar sua proposta e disputar a melhor classificação no certame.
<u>Habilitação</u>	Fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.
<u>Homologação</u>	Ato pelo qual a Administração ratifica a validade e a regularidade de todo o procedimento licitatório após a verificação da legalidade dos atos praticados, conferindo-lhes aprovação para que produzam os efeitos jurídicos necessários.
<u>Impugnação</u>	Solicitação de <u>alteração de termos e critérios do Edital</u> , feita por qualquer interessado, em face da existência de alguma condição que ele entenda ser irregular ou ilegal.
<u>Julgamento</u>	Etapla em que se verifica se o detalhamento da proposta e as condições de habilitação do licitante atendem aos critérios estabelecidos no Edital, e decide-se pelo seu aceite ou pela sua rejeição por alguma irregularidade, inconsistência, desconformidade ou insuficiência.
<u>Lance</u>	Valor registrado pelo licitante no decorrer da sessão, com vistas a vencer a disputa, que melhora sua proposta de contrapartida para fornecer o bem ou realizar o serviço.



Expressão	Definição
<u>Liquidação</u>	Etapa posterior ao empenho, que consiste na verificação, conferência e comprovação de que o bem foi entregue ou de que o serviço foi prestado, até o reconhecimento da despesa e do dever de pagar.
<u>ME/EPP</u>	Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, assim consideradas de acordo com o enquadramento previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.
<u>Negociação</u>	Fase em que o pregoeiro pode realizar contraproposta de preço, na busca de maior vantajosidade na contratação para a Administração.
<u>Nota de empenho</u>	Documento que formaliza a reserva orçamentária para a despesa, e que indica o nome do fornecedor, a representação e a importância da despesa.
<u>Pagamento</u>	Etapa posterior à liquidação, que consiste no repasse do valor ao fornecedor do bem ou ao prestador do serviço contratado, por meio de crédito em conta bancária.
<u>Pedido de esclarecimento</u>	Solicitação de <u>explicação</u> , feita por qualquer interessado, em relação a alguma condição do certame ou ponto do Edital que estejam confusos ou que precisem de mais detalhes.
<u>PNCP</u>	Portal Nacional de Contratações Públicas, sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada de licitações e contratações.
<u>Portal PROAD</u>	É a ferramenta disponibilizada pelo Tribunal na Internet para que o interessado, por meio de acesso com nome de usuário e senha, possa visualizar e até mesmo assinar eletronicamente documentos de um processo no PROAD.
<u>PROAD</u>	Processo Administrativo Virtual, que reúne em meio digital todos os documentos que integram um processo administrativo, inclusive os referentes a licitações e contratos.
<u>Proposta comercial</u>	Documento firmado pelo licitante que formaliza sua proposta e detalha as características do bem ou serviço ofertado, os preços e as demais condições.
<u>Proposta final</u>	Valor obtido após o término da etapa de lances e da negociação.
<u>Proposta inicial</u>	Valor da proposta inicialmente cadastrado no portal para poder participar da disputa.
<u>Recurso administrativo</u>	Petição feita pelo licitante à autoridade competente para a revisão de ato praticado, de julgamento realizado ou de decisão tomada durante o certame, em especial quanto à habilitação ou inabilitação de licitante e quanto a aceite ou desclassificação de proposta.
<u>Sessão Pública</u>	Evento que reúne todos os atos praticados na licitação, da classificação das propostas à homologação, e que pode ser acompanhado pelos interessados e pelo público em geral.
<u>SIASG</u>	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, instrumento de apoio, transparência e controle na execução das atividades do SISG, e que contém os módulos de Compras Públicas, entre eles o Compras.gov.br (antigo Comprasnet).
<u>SICAF</u>	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, módulo para cadastro de fornecedores de materiais e serviços no âmbito da Administração Pública Federal. Uma vez inscrito no SICAF, o fornecedor estará cadastrado perante qualquer órgão ou entidade que utiliza o SIASG para participar de suas licitações e contratações.
<u>SISG</u>	Sistema Integrado de Serviços Gerais, parte de um sistema administrativo que engloba toda a Administração Pública Federal para coordenação da logística pública.
<u>Sistema Compras</u>	Módulo do Portal de Compras do Governo Federal, na Internet, utilizado para realizar licitações e contratações de forma eletrônica (antigo Comprasnet SIASG) por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou conveniadas.
<u>Vencedor</u>	Licitante melhor classificado ao final da sessão, após ter sua proposta aceita e ter sido julgado habilitado para participar do certame.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

ALESSANDRO
GONCALVES
VIERES
10/07/2026 13:11

SULA
PATRICIA
MACIEL
10/07/2026 14:05

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS e FORNECIMENTOS CONTINUADO

PROAD: 4557/2026

1 - Unidade Demandante e Unidade Gestora de Orçamento

Unidade Demandante: Coordenadoria de Serviços Gerais

Unidade Gestora de Orçamento: Seção de Liquidação e Análise da Despesa

Item Identificador da Demanda no PAC: Item 8154 - Despesas com serviço de limpeza de vidros e esquadrias para os imóveis onde estão instaladas as unidades deste Regional localizadas nas cidades de Florianópolis, São José, Palhoça, Blumenau e Joinville.

Item Identificador da Demanda no SIGEO: 151132026000078

2 - Descrição da Solução (Objeto)

2.1. Definição do Objeto

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza externa de vidros e esquadrias, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, insumos e equipamentos adequados (inclusive para trabalho em altura), para atender às demandas de conservação predial das Unidades Administrativas e Judiciárias do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região contempladas nesta solução.

2.2. Natureza dos Serviços

Os serviços descritos possuem natureza de **serviço comum e continuado**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital,





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Divisão em Lotes e Quantitativos

O objeto será executado sob o regime de execução indireta, dividido em **03 (três) lotes regionais**, estruturados com base em critérios de viabilidade logística e distribuição geográfica no estado de Santa Catarina, visando ampliar a competitividade, eliminar custos excessivos de deslocamento e fomentar a participação de empresas locais:

- **LOTE 1 (Grande Florianópolis):** Compreende as unidades de Florianópolis (Edifício Sede, Fórum Trabalhista e Coordenadoria de Saúde), Palhoça e São José.
- **LOTE 2 (Região Norte - Joinville):** Compreende a unidade do Fórum Trabalhista de Joinville.
- **LOTE 3 (Vale do Itajaí - Blumenau):** Compreende a unidade do Fórum Trabalhista de Blumenau.

Quantitativo Estimado: A área total aproximada a ser tratada a cada ciclo de aplicação (executado duas vezes ao ano, nos meses de março e setembro) é de **3.852 m² (três mil, oitocentos e cinquenta e dois metros quadrados)** de superfícies envidraçadas externas e esquadrias de alumínio, distribuída por lote e unidade conforme o detalhamento abaixo:

LOTE 1				
ITEM	UNIDADE	ÁREA (m²)	ENDEREÇOS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Edifício Sede - TRT 12ª Região	1.000	Rua Esteves Júnior, nº 395 – Centro – Florianópolis-SC	Serviços de limpeza externa de vidros e
2	Edifício - Coordenadoria de Saúde	530	Rua Esteves Júnior, nº 395, 2ª Andar (Prédio Anexo) - Centro – Florianópolis/SC	





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

3	Edifício - Fórum Trabalhista de Florianópolis	980	Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, nº 1588 - Centro – Florianópolis-SC	esquadrias, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos
4	Edifício - Fórum Trabalhista de São José	671	Avenida Acioni Souza Filho, nº 657, Praia Comprida – São José – SC	
5	Edifício - Vara do Trabalho de Palhoça	61	Avenida Atilio Pedro Pagani, nº 855 - 1º andar - Passa Vinte (Pagani) – Palhoça - SC	
ÁREA TOTAL DO LOTE 1				3.242 m²

LOTE 2				
ITEM	UNIDADE	ÁREA (m²)	ENDEREÇO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
6	Edifício - Fórum Trabalhista de Joinville	450	Rua do Príncipe, nº 31, Centro, Joinville-SC	Serviços de limpeza externa de vidros e esquadrias, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos
ÁREA TOTAL DO LOTE 2				450 m²

LOTE 3				
ITEM	UNIDADE	ÁREA (m²)	ENDEREÇO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
7	Edifício - Fórum Trabalhista de Blumenau	160	Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1185, 1º e 2º andar, Centro, Blumenau-SC	Serviços de limpeza externa de vidros e esquadrias, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos
ÁREA TOTAL DO LOTE 3				160 m²





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

3 - Justificativa e Fundamentação da Contratação

A presente contratação fundamenta-se na necessidade imperativa de assegurar a continuidade dos serviços de limpeza externa de vidros e esquadrias de alumínio nas Unidades Judiciárias e Administrativas do TRT-SC contempladas nesta solução. A contratação visa substituir o Contrato nº 8621/2021 (CTO), cuja vigência máxima se encerrará em 27/10/2026, garantindo que não ocorra interrupção em uma atividade classificada como continuada e essencial para a manutenção preventiva, conservação do patrimônio público e regular exercício das atividades administrativas e jurisdicionais.

3.1. Conservação do Patrimônio

As fachadas sofrem desgaste contínuo devido ao clima, umidade e maresia. A limpeza periódica previne o acúmulo de sujeira, o surgimento de mofo, a corrosão de esquadrias e possíveis infiltrações. Trata-se de uma manutenção preventiva que freia a degradação das estruturas, evitando futuros custos elevados com reformas. Além de proteger o edifício, o serviço garante a boa aparência das instalações, demonstrando cuidado com o espaço frequentado por servidores e pelo público externo.

3.2. Especialização Técnica e Segurança do Trabalho (NR-35 e NR-18)

A execução de serviços de limpeza em fachadas prediais envolve alto risco ocupacional devido à necessidade de trabalho em altura, exigindo o cumprimento rigoroso das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR-01, NR-06, NR-18 e NR-35. O Tribunal não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica própria capacitada para atividades de alpinismo industrial ou operação de plataformas elevatórias, tampouco possui os recursos materiais, equipamentos de proteção (EPIs/EPCs) e certificações de pontos de ancoragem exigidos por lei. A terceirização transfere a responsabilidade operacional e civil da execução para empresas especializadas, garantindo que os trabalhos sejam conduzidos por profissionais formalmente treinados, uniformizados e protegidos.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

3.3. Conformidade Normativa, Sustentabilidade e Viabilidade Mercadológica

A fundamentação pauta-se pelo estrito cumprimento das diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável da Lei nº 14.133/2021, da Resolução CSJT nº 310/2021 (Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho) e do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRT-SC. A especificação técnica veda o hidrojateamento de alta pressão e exige a utilização de técnicas manuais ou de *soft-washing* com produtos biodegradáveis e atóxicos, mitigando o impacto ambiental e poupando os componentes de vedação das janelas. Do ponto de vista econômico, a divisão do objeto em 3 (três) lotes regionais (Grande Florianópolis, Região Norte e Vale do Itajaí) alinha-se perfeitamente à estrutura do mercado local, composto majoritariamente por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Essa divisão elimina a necessidade de inclusão de custos elevados com grandes deslocamentos, diárias e hospedagens nas planilhas das licitantes, maximizando a competitividade e atendendo ao princípio da economicidade.

3.4. Periodicidade Estratégica

Para assegurar a eficácia técnica da conservação predial sem onerar excessivamente o orçamento do Tribunal, estabeleceu-se a periodicidade de 2 (duas) aplicações anuais, distribuídas de forma espaçada nos meses de março (1ª aplicação) e setembro (2ª aplicação). Esse intervalo semestral respeita as sazonalidades climáticas regionais e garante que as superfícies permaneçam protegidas e limpas ao longo do ano, compatibilizando a eficiência administrativa com o cronograma financeiro do Órgão.

4 - Especificação completa da solução escolhida

O serviço consiste na limpeza especializada externa de vidros e esquadrias, planejado para garantir a boa aparência, conservar os prédios e proteger as vedações das unidades do TRT-SC. As exigências buscam a melhor proposta, unindo o cumprimento das normas, o cuidado com o meio ambiente e a proteção total à saúde e à segurança dos trabalhadores.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

4.1. Método de Trabalho e Equipamentos

A execução dos serviços deverá seguir estes requisitos mínimos:

- **Materiais, Equipamentos e EPIs:** A empresa contratada deverá fornecer todos os produtos, máquinas, equipamentos de suspensão (como cadeiras suspensas, balancins e cordas certificadas) e uniformes. É obrigatório fornecer e fiscalizar o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletivos (EPCs) contra quedas, seguindo rigorosamente a legislação de segurança do trabalho.
- **Técnica de Limpeza:** A limpeza deverá ser feita de forma manual ou com água em baixa pressão (*soft-washing*), utilizando extensores, rodos profissionais e panos de microfibra. É totalmente proibido o uso de jatos de água de alta pressão ou de materiais que arranhem, para não estragar as borrachas, os silicones de vedação e a pintura das esquadrias.
- **Sustentabilidade e Produtos Químicos:** Uso exclusivo de produtos de limpeza que não sejam tóxicos e que tenham baixo impacto ambiental (biodegradáveis, sem metais pesados ou cloro), com ação anti embaçante e que repelem a água.
- **Cumprimento das Normas:** O trabalho deverá seguir rigorosamente as regras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR-35 (Trabalho em Altura), a NR-18 (Segurança na Indústria da Construção) e a NR-06 (Uso de EPIs), além de respeitar as orientações dos fabricantes dos equipamentos de ancoragem.

4.2. Rotina de Trabalho e Cronograma

Os serviços são contínuos, mas ocorrem de forma espaçada, sendo realizados em 2 (dois) ciclos por ano, seguindo estas etapas:

- **Agendamento e Horários:** O início do serviço deve ser combinado com antecedência com os gestores de cada unidade. O trabalho ocorrerá, de preferência, em dias úteis, entre as 8h e as 18h. Se a limpeza atrapalhar o andamento dos trabalhos na unidade, o serviço poderá ser feito em outros horários ou aos finais de semana, desde que combinado previamente.
- **Ciclos de Limpeza:** Diferente das limpezas mensais comuns, este serviço limpará





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

toda a área externa de vidros descrita nos lotes, seguindo rigorosamente o cronograma abaixo:

PERÍODO DE EXECUÇÃO	SERVIÇO A SER PRESTADO
Mês de março (1º a 31)	1ª Aplicação Anual (Limpeza geral de vidros e esquadrias externas)
Mês de setembro (1º a 30)	2ª Aplicação Anual (Limpeza geral de vidros e esquadrias externas)

4.3. Documentação e Comprovação do Serviço

Para garantir a segurança e liberar os pagamentos, a empresa contratada deverá apresentar aos fiscais do contrato:

- **Autorização para Início:** O início dos trabalhos estará condicionado à apresentação prévia de toda a documentação pertinente ao uso dos equipamentos, EPIs e EPCs, à entrega dos atestados médicos (ASOs) comprovando que toda a equipe está apta para trabalhar em altura, bem como à realização da primeira visita técnica do profissional de segurança do trabalho da empresa.
- **Comprovação do Serviço:** Considerando que a execução dos serviços ocorrerá com periodicidade semestral (02 aplicações anuais), a contratada deverá apresentar, ao final de cada ciclo, um relatório descritivo das áreas que passaram por intervenção. A comprovação e a aceitação de cada etapa semestral dar-se-ão exclusivamente mediante vistoria técnica e **atesto formal emitido pelo Fiscal do Contrato**, que certificará se a limpeza das fachadas envidraçadas foi executada a contento e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência
- **Responsável Técnico:** Informar quem é o profissional da empresa responsável pela segurança do trabalho.

4.4. Visita aos Locais de Trabalho (Vistoria Técnica)





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

A visita aos locais onde o serviço será feito não é obrigatória e poderá ser realizada no horário das 12h às 18h, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira.

As empresas que quiserem conhecer o espaço devem agendar a visita com a Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG) pelo telefone (48) 3216-4014. No entanto, se a empresa escolher não fazer a visita, ela continuará sendo totalmente responsável por realizar o serviço, providenciar tudo o que for necessário e lidar com qualquer dificuldade logística. Não serão aceitas desculpas futuras de que a empresa não conhecia as características dos prédios.

4.5. Prazo do Contrato e Renovações

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 28 de outubro de 2026. Como a limpeza é um serviço contínuo e essencial para conservar os prédios do Tribunal, esse prazo poderá ser renovado por períodos iguais, até o limite de 10 (dez) anos, conforme a Lei nº 14.133/2021 (Artigos 106 e 107). Para que o contrato seja renovado (por meio de um termo aditivo), será necessário comprovar que os preços e as condições continuam vantajosas para a Administração e obter a autorização prévia da autoridade competente.

4.6. Parcelamento da Solução

Em observância ao princípio do parcelamento (art. 40 da Lei nº 14.133/2021), e conforme avaliação técnica e econômica realizada na fase de planejamento, **haverá o parcelamento da solução**. O objeto foi dividido em 3 (três) lotes regionais (**Lote 1 - Grande Florianópolis; Lote 2 - Região Norte; e Lote 3 - Vale do Itajaí**). Esta divisão justifica-se por reduzir custos logísticos com deslocamentos e hospedagens, estimular a ampla concorrência (com a atração de micro e pequenas empresas regionais especializadas no setor) e mitigar riscos de inexecução global, garantindo assim a proposta mais vantajosa para a Administração.

5 - Sustentabilidade





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

5.1. Em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021), ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRT-SC e aos princípios de desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, a execução dos serviços deverá priorizar a mitigação de impactos ambientais e o uso racional de recursos.

5.2. A contratada deverá conduzir suas atividades de forma a evitar o desperdício de insumos, com especial atenção ao consumo de água, e prevenir a geração excessiva de resíduos.

5.3. A manipulação e o descarte de efluentes e de embalagens de produtos químicos deverão seguir as diretrizes de responsabilidade socioambiental adotadas pelo Tribunal e a legislação ambiental vigente, em especial a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e, no que couber, a Resolução nº 307 do CONAMA.

5.4. Para assegurar a otimização de recursos, a redução de desperdícios e a menor poluição possível, a contratada obriga-se a observar as seguintes práticas:

5.4.1. Dar preferência ao uso de produtos de limpeza de baixo impacto ambiental, biodegradáveis, atóxicos, bem como à utilização de materiais reciclados e recicláveis;

5.4.2. Utilizar ferramentas e equipamentos duráveis, reparáveis e passíveis de aperfeiçoamento, mantendo-os em excelente estado de conservação para prolongar sua vida útil;

5.4.3. Adotar práticas operacionais que evitem o desperdício e garantam o uso racional de recursos, alinhadas às diretrizes de sustentabilidade da Administração.

5.5. A execução dos serviços deverá observar as normas aplicáveis, garantindo a preservação ambiental, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores e dos usuários que circulam nas dependências do Tribunal.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

6 – Nível Mínimo de Serviço

Não se aplica.

Justificativa: A não adoção de indicadores de Nível Mínimo de Serviço (NMS) ou Acordo de Nível de Serviço (ANS) deve-se à natureza do serviço, à sua execução pontual e à forma de fiscalização adotada, pelos seguintes motivos:

- A limpeza externa de vidros e esquadrias caracteriza-se como obrigação de resultado, sendo a sua qualidade aferida de forma visual e objetiva pela fiscalização logo após a execução. Caso sejam identificadas falhas, como manchas, resíduos ou uso de produto inadequado, o serviço não será atestado. A contratada deverá refazer o trabalho imediatamente, sem qualquer custo adicional para o Tribunal, o que torna desnecessária a aplicação de indicadores percentuais de NMS.
- Diferentemente dos serviços continuados de limpeza e conservação, esta contratação não exige a alocação de postos de trabalho com dedicação exclusiva nas dependências do Tribunal. Os serviços serão prestados de forma pontual, divididos em duas etapas anuais (março e setembro). Por essa razão, a aplicação de indicadores de Nível Mínimo de Serviço (NMS) atrelados à produtividade diária ou à disponibilidade contínua de equipe é incompatível com a natureza do objeto.
- A avaliação do serviço por meio de medição direta (área limpa e aprovada) é suficiente para atestar a qualidade da entrega. Esse modelo simplifica o recebimento dos serviços e resguarda a Administração, tornando inaplicável a adoção de NMS e a consequente geração de planilhas de descontos proporcionais.

7 – Obrigações e Responsabilidades da Contratada

I – Obrigações Gerais:

a) proceder, no início da contratação, ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados;

b) responsabilizar-se pela juntada, por meio do referido Sistema, dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);

c) observar e cumprir todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada, respeitando os prazos e as exigências técnicas do edital;

d) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d.1) manter a regularidade fiscal e trabalhista durante todo o período contratual, sob pena de rescisão contratual e de execução da retenção sobre os créditos da empresa e/ou da eventual garantia, a título de multa, para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades previstas em lei;

d.2) se for Optante pelo Simples Nacional deverá apresentar a Declaração, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, no momento da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente da assinatura do contrato ou da prorrogação contratual;

d.3) informar imediatamente qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional;

e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, ex vi do caput do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 119 da Lei nº 14.133/2021);

g) manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato e em legislação específica, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o contratante;

h) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

i) fornecer crachás para seus empregados, sendo obrigatório seu uso nas dependências do contratante, nos termos da Portaria PRESI nº 87/2015, arts. 6º e 7º;

j) substituir imediatamente qualquer um de seus empregados que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do contratante;

k) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros,





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

l) arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja de que natureza for, desde que praticada por seus empregados no recinto do contratante;

m) protocolizar, se necessário, as petições na Coordenadoria de Cadastramento de Recursos aos Tribunais Superiores - PROTOCOLO do contratante, situado na rua Esteves Júnior, nº 395, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88015-905;

n) atentar para as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, nos termos deste contrato, do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 310/2021), da legislação ambiental vigente e conforme o **item 5** do Termo de Referência;

o) obedecer, no que couber, aos princípios e normas de conduta estabelecidos no Código de Ética do contratante;

p) informar e manter atualizado endereço de e-mail válido, para comunicação oficial entre contratante e contratada.

II – Obrigações Específicas:

a) encaminhar aos fiscais do contrato, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência do início de cada ciclo (março e setembro), o cronograma de execução detalhado por unidade, para prévio alinhamento com os gestores locais;

b) apresentar, antes do início da execução dos serviços em altura, a documentação obrigatória de segurança, englobando: Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) específicos para trabalho em altura de toda a equipe escalada, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos pontos de ancoragem a serem utilizados e identificação do Responsável Técnico de Segurança do Trabalho da empresa;

c) disponibilizar equipe de profissionais devidamente treinados, com experiência neste tipo de limpeza e dimensionados em quantidade suficiente para a demanda. Os empregados deverão se apresentar obrigatoriamente uniformizados e identificados com





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

crachá da empresa.

- d)** executar os serviços preferencialmente em dias úteis, no período das 8h às 18h. Caso a execução interfira no bom andamento da rotina judicante da Unidade, os serviços deverão ser reprogramados, inclusive para finais de semana, mediante prévio ajuste;
- e)** fornecer e transportar, às suas próprias expensas, todos os materiais, insumos de limpeza (biodegradáveis e atóxicos), máquinas e equipamentos de suspensão (cadeiras, balancins, cordas) necessários à perfeita execução dos serviços, sendo vedado o armazenamento destes nas dependências do Tribunal após o expediente;
- f)** cumprir rigorosamente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, com ênfase na NR-35, NR-18 e NR-06, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores e de terceiros, provendo e fiscalizando o uso de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs);
- g)** providenciar, em conjunto com o responsável da Unidade, a sinalização e o isolamento temporário das áreas de projeção de risco (calçadas, rampas e estacionamentos) situadas abaixo das fachadas durante a execução do serviço;
- h)** realizar a limpeza exterior de toda a área envidraçada e das esquadrias de alumínio com materiais adequados que não danifiquem o patrimônio público;
- i)** abster-se do uso de hidrojateamento de alta pressão e de produtos abrasivos que possam arranhar os vidros ou danificar/remover os materiais de vedação (borrachas e silicones) das esquadrias;
- j)** fornecer relatório final de comprovação de execução dos serviços ao término de cada unidade, o qual será requisito para o ateste da nota fiscal.

III – Das Obrigações da Contratada em face da LGPD:

- a)** para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente contrato, a contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

b) dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;

c) não fornecer, transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do contratante ou por ordem de autoridade judicial. Neste último caso, deverá informar ao contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem, ressalvadas as hipóteses de sigilo legal;

d) não colocar o contratante em situação de violação da LGPD;

e) assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;

f) assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;

g) responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual;

h) cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;

i) nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo contratante, a contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do contratante.

8 – Obrigações e Responsabilidades do Contratante





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

São obrigações gerais do contratante:

- a) acompanhar a execução do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e nos arts. 2º a 8º da Portaria PRESI nº 775/2022, através dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto do presente contrato, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da contratada;
- b) proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato;
- c) efetuar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos e condições ora estabelecidos;
- d) prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

9 - Forma da contratação

A presente contratação será viabilizada mediante a realização de licitação, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

9.1. Modalidade e Rito Procedimental

A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, conforme o art. 29 da Lei nº 14.133/2021. A escolha justifica-se por se tratar de um serviço comum, com padrões de qualidade e desempenho facilmente definidos no edital, de acordo com as práticas de mercado. O certame seguirá o rito comum previsto no art. 17 da mesma Lei.

9.2. Critério de Julgamento e Seleção





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

O critério de julgamento será o de menor preço por lote, considerando a divisão da solução em **03 (três) lotes regionais (Grande Florianópolis, Região Norte e Vale do Itajaí)**. Esta modelagem logística e geográfica foi desenhada para garantir a ampla competitividade, fomentar a participação de pequenas e médias empresas locais e mitigar custos de deslocamento, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e assegurando que o custo final esteja alinhado à realidade do mercado catarinense.

9.3. Natureza, Vigência e Prorrogação Contratual

Por se tratar de um serviço de natureza contínua — imprescindível para a manutenção preventiva, conservação do patrimônio físico e zelo visual das unidades deste Regional —, o contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir de 28 de outubro de 2026.

Conforme delineado no escopo deste Termo de Referência, o ajuste poderá ser prorrogado sucessivamente por períodos iguais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme autorizam os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação ficará diretamente vinculada à demonstração de que as condições pactuadas permanecem economicamente vantajosas para a Administração e à existência de autorização prévia da autoridade competente, mediante a formalização de termo aditivo.

10 – Forma e Critérios de seleção do fornecedor

10.1. Critério de Julgamento

A licitação será julgada pelo critério de MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE, englobando o custo das 2 (duas) intervenções anuais descritas no item 4.2. O valor da proposta deverá contemplar integralmente os custos diretos e indiretos aplicáveis, tais como tributos, encargos, materiais de limpeza, equipamentos de trabalho em altura, EPs/EPCs, bem como a logística e os deslocamentos exigidos para a perfeita prestação dos serviços.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

10.2. Tratamento Diferenciado (LC nº 123/2006)

Considerando a estratégia de parcelamento e a estrutura do mercado regional delineada no Estudo Técnico Preliminar:

Exclusividade ME/EPP: Nos termos do Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, a equipe de planejamento da contratação sugere a seguinte divisão de participação para o certame:

- **Lote 1:** Ampla concorrência (valor total estimado superior a R\$ 80.000,00 para o período de 12 meses);
- **Lotes 2 e 3:** Participação exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (valores totais estimados iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 para o período de 12 meses).

10.3. Condições de Participação e Subcontratação

- **Pessoas Físicas:** Não será admitida a participação de pessoas físicas, dada a complexidade técnica, o risco ocupacional da atividade em altura e a exigência de cumprimento de normativas de segurança do trabalho (NRs) e medicina ocupacional que demandam estrutura e responsabilidade jurídica empresarial.
- **Consórcios:** Fica vedada a participação de empresas em consórcio, por se tratar de objeto de complexidade técnica comum, cujos quantitativos parcelados por lote são plenamente atendidos pelo mercado regional de forma isolada, não se justificando a união de esforços operacionais.
- **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto, visando garantir a responsabilidade civil e operacional direta da licitante contratada sobre a segurança de seus trabalhadores e a integridade do patrimônio do Tribunal.

10.4. Critérios de Habilitação





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

A habilitação dos licitantes será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1. Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista

- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.

10.4.2. Qualificação Técnica (Capacidade Operacional e Segurança)

Como condição indispensável para assegurar a aptidão técnica e o domínio das normas de segurança do trabalho em altura, serão exigidos:

- **Atestado de Capacidade Técnica:** Apresentação de 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços continuados ou eventuais de limpeza de fachadas, vidros externos ou esquadrias com utilização de técnicas de trabalho em altura (cadeira suspensa, balancim, plataforma ou alpinismo industrial).





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- **Metragem Mínima:** Para comprovação, o atestado (ou o somatório) deverá abranger áreas que correspondam a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da metragem prevista para 01 (uma) aplicação do respectivo lote ao qual a licitante concorre:
 - **Lote 1 (Grande Florianópolis):** Comprovação mínima de 1.621,10 m².
 - **Lote 2 (Região Norte/Joinville):** Comprovação mínima de 225,00 m².
 - **Lote 3 (Vale do Itajaí/Blumenau):** Comprovação mínima de 80,00 m².
- **Regras para Somatório:** Será amplamente admitida a soma de atestados para atingir os quantitativos mínimos, sem exigência de concomitância, desde que os atestados certifiquem a execução da mesma natureza de serviço (limpeza em altura).

10.4.3. Qualificação Econômico-Financeira

Considerando que a contratação não envolve dedicação exclusiva de mão de obra (serviço não residente com execução em ciclos semestrais), o risco de inexecução por insolvência é mitigado:

- Será exigida apenas a Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme preceitua o art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021, dispensando-se a apresentação de balanço patrimonial e índices de liquidez.

10.5. Validade da Proposta

O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública da licitação.

11 – Modelo de Gestão e Fiscalização do Contrato

A gestão e a fiscalização da execução do contrato observarão o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas do TRT-SC, visando garantir a correta





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

execução dos serviços, a manutenção da qualidade e o estrito cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e de segurança do trabalho.

11.1. Atribuições da Equipe de Gestão e Fiscalização:

I – Cabe ao Gestor do Contrato:

- Gerir a execução do ajuste, acompanhando sua vigência e saldo orçamentário;
- Acompanhar as ações de fiscalização;
- Diligenciar junto à empresa contratada nos casos em que lhe for solicitado pelos fiscais;
- Aplicar as penalidades cabíveis (ou encaminhar o processo à autoridade competente), garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório;
- Realizar o **recebimento definitivo** do objeto.

II – Cabe aos Fiscais do Contrato:

- Verificar a conformidade da prestação dos serviços de limpeza externa de vidros, nos termos das obrigações pactuadas;
- Efetuar a comunicação com a contratada, sempre que necessário;
- Verificar rigorosamente a aderência às normas de segurança do trabalho, exigindo o uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs/EPCs);
- Determinar a imediata regularização e o refazimento de serviços que apresentem defeitos (falhas na limpeza, manchas ou uso de produtos inadequados);
- Reportar formalmente ao Gestor caso as diligências efetuadas junto à empresa sejam inexitosas;
- Realizar o **recebimento provisório** do objeto.

11.2. Especificidades da Atuação dos Fiscais (Conforme o Objeto):

- **Fiscal Demandante:** Responsável pelo acompanhamento da execução do contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto, verificando se a solução atende à necessidade da Administração.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- **Fiscal Técnico:** Responsável pelo acompanhamento e avaliação da execução técnica dos serviços de limpeza nos moldes contratados.
 - **Atividade Específica:** Exigir e verificar, antes do início de cada ciclo (março e setembro), a apresentação dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) específicos para trabalho em altura (NR-35) da equipe da contratada.
- **Fiscal Setorial:** Responsável pelo acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou funcionais locais, quando os serviços forem prestados nas Unidades do interior (Joinville, Blumenau, Palhoça e São José). Atuará em conjunto com o Fiscal Técnico na conferência visual das fachadas limpas e no apoio logístico (agendamento e isolamento de áreas de risco durante a execução).
- **Fiscal Administrativo:** Responsável por fiscalizar o cumprimento das obrigações legais da contratada, atestando a manutenção da sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante todo o período do contrato.

12 – Recebimento do objeto

12.1. Condições para o recebimento do objeto: Nos termos do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto será recebido pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, mediante certificação da prestação do serviço, com efeito para autorizar a liquidação e o respectivo pagamento, observando-se as seguintes etapas:

a) provisoriamente: pelo Fiscal Técnico ou Setorial responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, a aferição visual da qualidade da limpeza e a análise da documentação comprobatória.

b) definitivamente: pelo Gestor do contrato (ou servidor/comissão designada pela autoridade competente), mediante termo detalhado que comprove o atendimento integral das exigências contratuais (incluindo a regularidade fiscal e trabalhista apurada pelo Fiscal Administrativo).





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

12.2. Requisitos documentais para recebimento: Concluído cada ciclo de limpeza (março e setembro), a contratada enviará à fiscalização:

- Relatório de serviços prestados, com o detalhamento de locais, datas e horários;
- Nota fiscal correspondente à metragem aprovada.

12.3. Modelos Anexos: A emissão dos atestes seguirá os modelos padronizados pelo TRT-SC:

- Termo de Recebimento Provisório;
- Termo de Recebimento Definitivo.

13 – Condições de pagamento

13.1. Condições Particulares e Faturamento:

A liquidação e o pagamento não serão mensais, ocorrendo de forma vinculada à efetiva prestação dos serviços em cada um dos 02 (dois) ciclos anuais previstos no cronograma (março e setembro).

a) o pagamento será efetuado com base na metragem quadrada (m²) efetivamente limpa e aprovada pela fiscalização em cada ciclo de aplicação;

b) a emissão e a juntada da Nota Fiscal/Fatura correspondente deverão ser precedidas da entrega e aprovação do relatório circunstanciado, conforme exigido no subitem referente ao Recebimento do Objeto.

13.2. Regras Gerais de Liquidação e Sistema (SIGEO-JT):

A liquidação e o pagamento obedecerão, ainda, ao seguinte:

a) os pagamentos serão realizados na forma do SIGEO JT – Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho – Módulo Execução Orçamentária;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- b)** para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);
- c)** é de exclusiva responsabilidade da contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo ao contratante qualquer responsabilidade pela falta de juntada ao sistema no prazo;
- d)** eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do email seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059;
- e)** a nota fiscal deverá ser juntada, pela contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira e os documentos exigidos na contratação deverão ser encaminhados à Seção de Análise e Liquidação da Despesa – SELAD;
- f)** a equipe de gestão e fiscalização deverá proceder o recebimento provisório e definitivo do objeto, em conformidade com o art. 9º, da Portaria PRESI nº 775/2022;
- g)** o prazo para pagamento é de 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação da nota fiscal acompanhada do respectivo recebimento definitivo do objeto de que trata a alínea “f”;
- h)** para todos os fins, considera-se como data de pagamento, o dia da emissão da ordem bancária;
- i)** os pagamentos serão realizados de acordo com o cronograma de desembolso do Governo Federal, em moeda corrente nacional, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com as instruções normativas vigentes;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

j) havendo erro na (s) nota (s) fiscal (is)/fatura (s) ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será restituída ou será comunicada a irregularidade à contratada, ficando pendente de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

k) a contratada será a responsável direta pelo faturamento a que se propõe, não podendo ser aceito documento de cobrança (nota fiscal/fatura) emitido por empresa com a raiz do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ diferente ao daquela, ainda que do mesmo grupo empresarial;

k.1) as Unidades responsáveis pela execução do objeto contratual e detentoras de numeração da raiz do CNPJ idêntica à da contratada, divergindo somente o sufixo e dígito verificador, poderão emitir Nota Fiscal/Fatura, desde que satisfaçam as condições de habilitação e a regularidade fiscal exigida no processo;

l) a contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pelo contratante, as certidões abaixo discriminadas:

- CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;

m) o contratante poderá reter o pagamento dos valores referentes ao fornecimento realizado nas hipóteses da cláusula (cláusula que trata da responsabilidade civil), limitado ao valor do dano, ressalvada a possibilidade de rescisão contratual;





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

n) o contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste contrato;

o) no ato do pagamento será retido na fonte o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, a contribuição sobre o lucro, a contribuição para a seguridade social (CONFINS) e a contribuição para O PIS/PASEP, todos da Secretaria da Receita Federal. No entanto, não recairá esta retenção sobre pessoas jurídicas que apresentarem a Declaração de Optante do Simples, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Receita Federal ou cópia da Consulta ao Portal do Simples Nacional da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente de assinatura contratual e de prorrogação contratual;

p) se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida, via GRU, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa da União.

Parágrafo único – Nenhum pagamento será efetuado na pendência de certificação de conformidade do serviço executado, dada pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

14 – Penalidades

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

§ 1º – A contratada ao cometer infrações nas licitações ou na execução contratual estará sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência, que será aplicada nas infrações contratuais leves, que não justifiquem a aplicação de penalidade mais rigorosa.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

II – Multa, nos termos do inc. II do art. 156 da Lei nº 14.133/21, a ser aplicada a qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21:

a) multa moratória, pela infração administrativa prevista no inc. VII do art. 155 da Lei nº 14.133/21: decorrente de inobservância dos prazos para cumprimento de obrigações contratuais, na forma definida no edital e no contrato, arbitrada em 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor do(s) item(s) em mora, limitada a 10%;

a.1) se o atraso for superior a 30 (trinta) dias, poderão ser aplicadas cumulativamente as penas de multa moratória e compensatória, facultando-se, ainda, promover a rescisão contratual;

a.2) não sendo possível quantificar o valor da multa moratória ou se ele mostrar-se incompatível com o disposto no art. 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 9.784/99, a multa será de R\$ 1.000,00, podendo este valor ser aplicado em dobro, se as circunstâncias do caso concreto assim recomendarem;

b) multa compensatória, a ser aplicada pelo cometimento de qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, na forma definida no edital, no contrato:

b.1) multa por inexecução parcial arbitrada em 10% (dez por cento) do item/valor mensal do contrato, e aplicada em dobro no caso de reincidência, por ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos I e II do art. 155 da Lei nº 14.133/21;

b.2) multa por inexecução total arbitrada em 10% (dez por cento) do valor total do contrato e aplicada por ocorrência da infração administrativa prevista no inc. III do art. 155 da Lei nº 14.133/21;

b.3) multa arbitrada em 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, e aplicada em dobro no caso de reincidência, por ocorrência das infrações administrativas previstas nos





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

inc. IV a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/01;

b.4) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da nota fiscal, a ser aplicada a cada ocorrência de violação da obrigação da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, durante toda a execução do contrato;

III – Impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do inc. III do art. 156 da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, que será aplicada por ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inc. IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21, que será aplicada por ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento, referida na alínea “c” deste parágrafo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

V – As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II deste parágrafo.

§ 2º – Penalidades da Contratada em face da LGPD:

O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados incidirá nas seguintes penalidades:

- a)** até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;
- b)** até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

I. As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e, no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro.

II. As penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" não excluem a responsabilidade da empresa pela aplicação das sanções dispostas no art. 52 e o respectivo ressarcimento de danos patrimoniais e morais, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

§ 3º – Na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, serão observados os conceitos, critérios, prazos e procedimentos estabelecidos na Portaria Presi nº 340/2022 do TRT da 12ª Região.

15 – Informações complementares

Indicação do responsável por prestar esclarecimentos:

Nome: Alessandro Gonçalves Vieres

E-mail: alessandro.vieres@trt12.jus.br

Telefone: (48) 3216-4014

O servidor supracitado estará à disposição das licitantes para sanar dúvidas e prestar os devidos esclarecimentos referentes às especificações técnicas deste Termo de Referência e à vistoria facultativa, no horário das 12h às 18h, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira.





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

16 – Estimativa de custos

LOTE 1 - (Florianópolis, São José e Palhoça)

Local	Quantidade (m²)	Valor (m²)	Valor Unitário (1 aplicação)	Valor Total (2 aplicações)
Edifício Sede - TRT 12ª Região	1.000 m²	R\$ 21,84	R\$ 21.840,00	R\$ 43.680,00
Edifício - Coordenadoria de Saúde	530 m²	R\$ 19,31	R\$ 10.234,30	R\$ 20.468,60
Edifício - Fórum Trabalhista de Florianópolis	980 m²	R\$ 19,79	R\$ 19.394,20	R\$ 38.788,40
Edifício - Fórum Trabalhista de São José	671 m²	R\$ 22,40	R\$ 15.030,40	R\$ 30.060,80
Edifício - Vara do Trabalho de Palhoça	61 m²	R\$ 28,27	R\$ 1.724,47	R\$ 3.448,94
Total Lote 1			R\$ 68.223,37	R\$ 136.446,74

LOTE 2 - (Joinville)

Local	Quantidade (m²)	Valor (m²)	Valor Unitário (1 aplicação)	Valor Total (2 aplicações)
Edifício - Fórum Trabalhista de Joinville	450 m²	R\$ 23,89	R\$ 10.750,50	R\$ 21.501,00
Total Lote 2			R\$ 10.750,50	R\$ 21.501,00

LOTE 3 - (Blumenau)

Local	Quantidade (m²)	Valor (m²)	Valor Unitário (1 aplicação)	Valor Total (2 aplicações)
-------	-----------------	------------	------------------------------	----------------------------





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Edifício - Fórum Trabalhista de Blumenau	160 m²	R\$ 23,89	R\$ 3.822,40	R\$ 7.644,80
Total Lote 3			R\$ 3.822,40	R\$ 7.644,80

17 – Recursos orçamentários

Os recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação e a demanda estão previstos no orçamento da Unidade Gestora.

Unidade Gestora de Orçamento: SELAD - Seção de Liquidação e Análise da Despesa.

Programa de Trabalho: 02.122.0033.4256.0042 - 0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

Natureza da Despesa: 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subelemento de Despesa: 78 - Serviço de Limpeza, Higienização, Coleta de Lixo, Retirada de Entulho, Conservação, Dedetização e Asseio dos Órgãos Públicos, Lavagem de Veículo.

18 – Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante

Nome: Alessandro Gonçalves Vieres

Matrícula: 2804

Lotação: Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG

Cargo: Técnico Judiciário

E-mail: alessandro.vieres@trt12.jus.br

Ramal: 4014

Substituto do Integrante Demandante

Nome: Karina Magalhães de França

Matrícula: 7476





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Lotação: CSG - Coordenadoria de Serviços Gerais

Cargo: Técnico Judiciário

E-mail: karina.franca@trt12.jus.br

Ramal: 4053

Integrante Técnico

Nome: Alessandro Gonçalves Vieres

Matrícula: 2804

Lotação: CSG - Coordenadoria de Serviços Gerais

Cargo: Técnico Judiciário

E-mail: alessandro.vieres@trt12.jus.br

Ramal: 4014

Substituto do Integrante Técnico

Nome: Karina Magalhães de França

Matrícula: 7476

Lotação: CSG - Coordenadoria de Serviços Gerais

Cargo: Técnico Judiciário

E-mail: karina.franca@trt12.jus.br

Ramal: 4053

Integrante administrativo:

Nome: Sula Patrícia Maciel

Matrícula: 7493

Lotação: CLC - Coordenadoria de Licitações e Compras

Cargo: Analista Judiciário

E-mail: sula.maciel@trt12.jus.br

Ramal: 4322

Integrante administrativo substituto:

Nome: Cláudia Michele Batista Martinez





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Matrícula: 3014

Lotação: DIGOV - Divisão de Governança de Contratações

Cargo: Técnico Judiciário

E-mail: claudia.batista@trt12.jus.br

Ramal: 4069

Data: 08/07/2026.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

TERMO DE CONTRATO - CTO ____/2026

Termo de contrato de prestação de serviços continuados de limpeza externa de vidros e esquadrias que entre si celebram o **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região** e a empresa

CONTRATANTE: A União, por meio do **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região**, estabelecido na rua Esteves Júnior, nº 395, bairro Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88015-905, inscrito no CNPJ sob o nº 02.482.005/0001-23, neste ato representado por seu (sua), Senhor (a), conforme delegação de poderes constante da Portaria PRESI nº 260/2023.

CONTRATADA: A empresa, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na, nº, bairro, na cidade de, Estado de, CEP, telefone, e-mail, neste ato representada por seu (sua), Senhor (a), conforme qualificação nos autos do processo.

Os CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ATO AUTORIZATIVO

A celebração deste contrato decorre de despacho exarado pelo do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que adjudicou e homologou a licitação no processo PE 9334/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza externa de vidros e esquadrias, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, insumos e equipamentos adequados (inclusive para trabalho em altura), para atender às demandas de conservação predial das Unidades Administrativas e Judiciárias do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Grupo 1

Item	Descrição	Quantidade
1	Edifício Sede - TRT 12ª Região Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro - Florianópolis/SC. Área: 1.000 m²	2 aplicações





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Item	Descrição	Quantidade
2	Edifício - Coordenadoria de Saúde Rua Esteves Júnior, nº 395, 2º Andar (Prédio Anexo) - Centro - Florianópolis/SC. Área: 530 m²	2 aplicações
3	Edifício - Fórum Trabalhista de Florianópolis Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, nº 1588, Centro - Florianópolis/SC. Área: 980 m²	2 aplicações
4	Edifício - Fórum Trabalhista de São José Avenida Acioni Souza Filho, nº 657, Praia Comprida - São José/SC. Área: 671 m²	2 aplicações
5	Edifício - Vara do Trabalho de Palhoça Avenida Atílio Pedro Pagani, nº 855 - 1º andar - Passa Vinte (Pagani) - Palhoça/SC. Área: 61 m²	2 aplicações

Grupo 2

Item	Descrição	
6	Edifício - Fórum Trabalhista de Joinville Rua do Príncipe, nº 31, Centro - Joinville/SC. Área: 450 m²	2 aplicações

Grupo 3

Item	Descrição	
7	Edifício - Fórum Trabalhista de Blumenau Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1185, 1º e 2º andar, Centro - Blumenau/SC. Área: 160 m²	2 aplicações

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A prestação dos serviços obedecerá o seguinte:



PROAD n. 9334/2026 DOC 23. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.YQZL.FQBV: <https://proad.trt12.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

CTO ____/2026 - 2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

O serviço consiste na limpeza especializada externa de vidros e esquadrias, planejado para garantir a boa aparência, conservar os prédios e proteger as vedações das unidades do TRT-SC. As exigências buscam a melhor proposta, unindo o cumprimento das normas, o cuidado com o meio ambiente e a proteção total à saúde e à segurança dos trabalhadores.

I – Método de Trabalho e Equipamentos

A execução dos serviços deverá seguir estes requisitos mínimos:

a) Materiais, Equipamentos e EPIs: A empresa contratada deverá fornecer todos os produtos, máquinas, equipamentos de suspensão (como cadeiras suspensas, balancins e cordas certificadas) e uniformes. É obrigatório fornecer e fiscalizar o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletivos (EPCs) contra quedas, seguindo rigorosamente a legislação de segurança do trabalho.

b) Técnica de Limpeza: A limpeza deverá ser feita de forma manual ou com água em baixa pressão (soft-washing), utilizando extensores, rodos profissionais e panos de microfibra. É totalmente proibido o uso de jatos de água de alta pressão ou de materiais que arranhem, para não estragar as borrachas, os silicones de vedação e a pintura das esquadrias.

c) Sustentabilidade e Produtos Químicos: Uso exclusivo de produtos de limpeza que não sejam tóxicos e que tenham baixo impacto ambiental (biodegradáveis, sem metais pesados ou cloro), com ação anti embaçante e que repelem a água.

d) Cumprimento das Normas: O trabalho deverá seguir rigorosamente as regras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR-35 (Trabalho em Altura), a NR-18 (Segurança na Indústria da Construção) e a NR-06 (Uso de EPIs), além de respeitar as orientações dos fabricantes dos equipamentos de ancoragem.

II – Rotina de Trabalho e Cronograma

Os serviços são contínuos, mas ocorrem de forma espaçada, sendo realizados em 2 (dois) ciclos por ano, seguindo estas etapas:

a) Agendamento e Horários: O início do serviço deve ser combinado com antecedência com os gestores de cada unidade. O trabalho ocorrerá, de toda a área externa de vidros descrita nos lotes, seguindo rigorosamente o cronograma abaixo: preferência, em dias úteis, entre as 8h e as 18h. Se a limpeza atrapalhar o andamento dos trabalhos na unidade, o serviço poderá ser feito em outros horários ou aos finais de semana, desde que combinado previamente.

b) Ciclos de Limpeza: Diferente das limpezas mensais comuns, este serviço limpará toda a área externa de vidros descrita nos lotes, seguindo rigorosamente o cronograma abaixo:

PERÍODO DE EXECUÇÃO	SERVIÇO A SER PRESTADO
Mês de março (1º a 31)	1ª Aplicação Anual (Limpeza geral de vidros e





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

	esquadrias externas)
Mês de setembro (1º a 30)	2ª Aplicação Anual (Limpeza geral de vidros e esquadrias externas)

III – Documentação e Comprovação do Serviço

Para garantir a segurança e liberar os pagamentos, a empresa contratada deverá apresentar aos fiscais do contrato:

a) Autorização para Início: O início dos trabalhos estará condicionado à apresentação prévia de toda a documentação pertinente ao uso dos equipamentos, EPIs e EPCs, à entrega dos atestados médicos (ASOs) comprovando que toda a equipe está apta para trabalhar em altura, bem como à realização da primeira visita técnica do profissional de segurança do trabalho da empresa.

b) Comprovação do Serviço: Considerando que a execução dos serviços ocorrerá com periodicidade semestral (02 aplicações anuais), a contratada deverá apresentar, ao final de cada ciclo, um relatório descritivo das áreas que passaram por intervenção. A comprovação e a ceitação de cada etapa semestral dar-se-ão exclusivamente mediante vistoria técnica e ateste formal emitido pelo Fiscal do Contrato, que certificará se a limpeza das fachadas envidraçadas foi executada a contento e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos neste contrato.

c) Responsável Técnico: Informar quem é o profissional da empresa responsável pela segurança do trabalho.

IV – Sustentabilidade

a) Em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021), ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRT-SC e aos princípios de desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, a execução dos serviços deverá priorizar a mitigação de impactos ambientais e o uso racional de recursos.

b) A contratada deverá conduzir suas atividades de forma a evitar o desperdício de insumos, com especial atenção ao consumo de água, e prevenir a geração excessiva de resíduos.

c) A manipulação e o descarte de efluentes e de embalagens de produtos químicos deverão seguir as diretrizes de responsabilidade socioambiental adotadas pelo Tribunal e a legislação ambiental vigente, em especial a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e, no que couber, a Resolução nº 307 do CONAMA.

d) Para assegurar a otimização de recursos, a redução de desperdícios e a menor poluição possível, a contratada obriga-se a observar as seguintes práticas:

d.1) Dar preferência ao uso de produtos de limpeza de baixo impacto ambiental, biodegradáveis, atóxicos, bem como à utilização de materiais reciclados e recicláveis;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

d.2) Utilizar ferramentas e equipamentos duráveis, reparáveis e passíveis de aperfeiçoamento, mantendo-os em excelente estado de conservação para prolongar sua vida útil;

d.3) Adotar práticas operacionais que evitem o desperdício e garantam o uso racional de recursos, alinhadas às diretrizes de sustentabilidade da Administração.

e) A execução dos serviços deverá observar as normas aplicáveis, garantindo a preservação ambiental, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores e dos usuários que circulam nas dependências do Tribunal.

Parágrafo único - Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere as condições de execução do contrato; impedimento de execução do contrato por fato ou ato da Administração ou de terceiro, comprovado por documento contemporâneo à sua ocorrência, devendo a solicitação ser apresentada até o vencimento da obrigação, conforme o art. 36, alínea "b" da Portaria PRESI nº 340/2022.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Nos termos dos incisos I e II do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º, inc. I da Portaria PRESI nº 775/2022, o objeto será recebido:

I – Do Recebimento Provisório

O fiscal técnico do contrato deverá realizar o recebimento provisório em termo próprio (Anexo I), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, a aferição visual da qualidade da limpeza e a análise da documentação comprobatória, e encaminhá-lo ao gestor do contrato para recebimento definitivo, acompanhado pelos demais documentos que julgar necessários.

II – Do Recebimento Definitivo

O gestor do contrato deverá realizar o recebimento definitivo em termo próprio (Anexo I), comprovando o atendimento integral das exigências contratuais, e encaminhá-lo ao Setor do fiscal administrativo na SEOF.

§ 1º – O fiscal administrativo deverá atestar a conformidade para pagamento da nota fiscal em termo próprio (Anexo II) e encaminhá-lo à Seção de Análise e Liquidação da Despesa (SELAD).

§ 2º – Para preenchimento do Atestado de Conformidade para Pagamento das notas fiscais, a Contratada deverá apresentar a nota fiscal ou nota fiscal/fatura corretamente preenchida.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

§ 3º – Requisitos documentais para recebimento: Concluído cada ciclo de limpeza (março e setembro), a contratada enviará à fiscalização:

- a) Relatório de serviços prestados, com o detalhamento de locais, datas e horários;
- b) Nota fiscal correspondente à metragem aprovada.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir de 28-10-2026, podendo ser prorrogado, a critério do Contratante e mediante a anuência da Contratada, por meio de termos aditivos, obedecido o período admitido na legislação em vigor (art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021).

§ 1º – O Contratante convocará a Contratada para assinar termo aditivo ou instrumento equivalente dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

§ 2º – O início da contagem do prazo a qual refere-se o parágrafo anterior dar-se-á a partir do primeiro dia útil seguinte ao aviso eletrônico ou comunicação escrita encaminhada à Contratada. O ato convocatório será realizado preferencialmente via e-mail.

§ 3º – A Contratada deverá comunicar ao gestor do contrato designado na cláusula nona, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, caso haja desinteresse na continuidade do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

São as seguintes as prerrogativas da Administração, conferidas em razão do regime jurídico dos contratos administrativos instituídos pelo art. 104 da Lei nº 14.133/2021, em relação a eles:

I – Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

II – Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei.

III – Fiscalizar sua execução.

IV – Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

V – Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar a apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do *caput*, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada se obriga a:

§ 1º – Das obrigações gerais:

a) proceder, no início da contratação, ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados;

b) responsabilizar-se pela juntada, por meio do referido Sistema, dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas) nos termos da cláusula doze - da liquidação e pagamento;

c) observar e cumprir, estritamente, os termos da proposta e as condições ora estabelecidas, obedecendo a critérios e prazos acordados pelas exigências técnicas constantes do edital;

d) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d.1) manter a regularidade fiscal e trabalhista durante todo o período contratual, sob pena de rescisão contratual e de execução da retenção sobre os créditos da empresa e/ou da eventual garantia, a título de multa, para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades previstas em lei;

d.2) se for Optante pelo Simples Nacional deverá apresentar a Declaração, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, no momento da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente da assinatura do contrato ou da prorrogação contratual;

d.3) informar imediatamente qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional;

e) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, ex vi do caput do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 119 da Lei nº 14.133/2021);

g) manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato e em legislação específica, sem interrupção, seja por motivo de férias,





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Contratante;

h) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

i) fornecer crachás para seus empregados, sendo obrigatório seu uso nas dependências do Contratante, nos termos da Portaria PRESI nº 87/2015, arts. 6º e 7º;

j) substituir imediatamente qualquer um de seus empregados que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Contratante;

k) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

l) arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja de que natureza for, desde que praticada por seus empregados no recinto do Contratante;

m) protocolizar, se necessário, as petições na Coordenadoria de Cadastramento de Recursos aos Tribunais Superiores - PROTOCOLO do Contratante, situado na rua Esteves Júnior, nº 395, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88015-905;

n) atentar para as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços nos termos do art. 6º do Capítulo III da Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

o) obedecer, no que couber, aos princípios e normas de condutas estabelecidas no Código de Ética do Contratante;

p) informar e manter atualizado endereço de e-mail válido, para comunicação oficial entre Contratante e Contratada;

§ 2º – Das obrigações específicas:

a) encaminhar aos fiscais do contrato, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência do início de cada ciclo (março e setembro), o cronograma de execução detalhado por unidade, para prévio alinhamento com os gestores locais;

b) apresentar, antes do início da execução dos serviços em altura, a documentação obrigatória de segurança, englobando: Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) específicos para trabalho em altura de toda a equipe escalada, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos pontos de ancoragem a serem utilizados e identificação do Responsável Técnico de Segurança do Trabalho da empresa;

c) disponibilizar equipe de profissionais devidamente treinados, com experiência neste tipo de limpeza e dimensionados em quantidade suficiente para a demanda. Os empregados deverão se apresentar obrigatoriamente uniformizados e identificados com crachá da empresa.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

d) executar os serviços preferencialmente em dias úteis, no período das 8h às 18h. Caso a execução interfira no bom andamento da rotina judicante da Unidade, os serviços deverão ser reprogramados, inclusive para finais de semana, mediante prévio ajuste;

e) fornecer e transportar, às suas próprias expensas, todos os materiais, insumos de limpeza (biodegradáveis e atóxicos), máquinas e equipamentos de suspensão (cadeiras, balancins, cordas) necessários à perfeita execução dos serviços, sendo vedado o armazenamento destes nas dependências do Tribunal após o expediente;

f) cumprir rigorosamente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, com ênfase na NR-35, NR-18 e NR-06, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores e de terceiros, provendo e fiscalizando o uso de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs);

g) providenciar, em conjunto com o responsável da Unidade, a sinalização e o isolamento temporário das áreas de projeção de risco (calçadas, rampas e estacionamentos) situadas abaixo das fachadas durante a execução do serviço;

h) realizar a limpeza exterior de toda a área envidraçada e das esquadrias de alumínio com materiais adequados que não danifiquem o patrimônio público; i) abster-se do uso de hidrojateamento de alta pressão e de produtos abrasivos que possam arranhar os vidros ou danificar/remover os materiais de vedação (borrachas e silicones) das esquadrias;

j) fornecer relatório final de comprovação de execução dos serviços ao término de cada unidade, o qual será requisito para o ateste da nota fiscal.

§ 3º – Das obrigações da Contratada em face da LGPD:

a) para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;

b) dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;

c) não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;

d) não colocar o Contratante em situação de violação da LGPD;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

e) assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;

h) cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;

i) nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante se obriga a:

a) acompanhar a execução do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e nos arts. 2º a 8º da Portaria PRESI nº 775/2022, através dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto do presente contrato, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada;

b) proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato;

c) efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nos prazos e condições ora estabelecidos;

d) prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

As atividades de fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos, em conformidade com as disposições contidas no art. 117 da Lei nº 14.133/21 e nos arts. 2º a 8º da Portaria PRESI nº 775/2022, serão executadas pela equipe indicada no Termo de Designação de Gestão e Fiscalização.

I – Cabe ao Gestor do Contrato:

a) Gerir a execução do ajuste, acompanhando sua vigência e saldo orçamentário;

b) Acompanhar as ações de fiscalização;

c) Diligenciar junto à empresa contratada nos casos em que lhe for solicitado pelos fiscais;

d) Aplicar as penalidades cabíveis (ou encaminhar o processo à autoridade competente), garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

e) Realizar o recebimento definitivo do objeto.

II – Cabe aos Fiscais do Contrato:

a) Verificar a conformidade da prestação dos serviços de limpeza externa de vidros, nos termos das obrigações pactuadas;

b) Efetuar a comunicação com a contratada, sempre que necessário;

c) Verificar rigorosamente a aderência às normas de segurança do trabalho, exigindo o uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs/EPCs);

d) Determinar a imediata regularização e o refazimento de serviços que apresentem defeitos (falhas na limpeza, manchas ou uso de produtos inadequados);

e) Reportar formalmente ao Gestor caso as diligências efetuadas junto à empresa sejam inexitasas;

f) Realizar o recebimento provisório do objeto.

III – Especificidades da Atuação dos Fiscais (Conforme o Objeto):

a) Fiscal Demandante: Responsável pelo acompanhamento da execução do contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto, verificando se a solução atende à necessidade da Administração.

b) Fiscal Técnico: Responsável pelo acompanhamento e avaliação da execução técnica dos serviços de limpeza nos moldes contratados.

b.1) Atividade Específica: Exigir e verificar, antes do início de cada ciclo (março e setembro), a apresentação dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) específicos para trabalho em altura (NR-35) da equipe da contratada.

c) Fiscal Setorial: Responsável pelo acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou funcionais locais, quando os serviços forem prestados nas Unidades do interior (Joinville, Blumenau, Palhoça e São José). Atuará em conjunto com o Fiscal Técnico na conferência visual das fachadas limpas e no apoio logístico (agendamento e isolamento de áreas de risco durante a execução).

d) Fiscal Administrativo: Responsável por fiscalizar o cumprimento das obrigações legais da contratada, atestando a manutenção da sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante todo o período do contrato.

§ 1º – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

§ 2º – A fiscalização exercida pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

restringe a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integralidade e à correção dos fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

§ 3º – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

CLÁUSULA DEZ – DO PREPOSTO DA CONTRATADA

A Contratada deverá, às suas expensas, manter preposto, aceito pelo Contratante, para representá-lo na execução do contrato, obedecido o disposto no art. 118 da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º – O preposto deverá ser indicado por escrito ao Contratante (contendo telefone, celular, e-mail e endereço completo), no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar da comunicação da assinatura do contrato, devendo sua indicação ser encaminhada e juntada aos autos do processo pelo Gestor, podendo fazê-la via correio eletrônico.

§ 2º – Caso houver necessidade de substituição do preposto, a nova indicação deverá ser informada por escrito ao Contratante (contendo telefone, celular, *e-mail* e endereço), podendo ser realizada por meio eletrônico ao Gestor do contrato, no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos após a substituição.

§ 3º – A indicação do novo preposto deverá ser juntada aos autos do processo correspondente pelo Gestor.

§ 4º – O preposto deverá possuir os conhecimentos e a capacidade profissional, compatíveis com a função e ter competência para resolver todo e qualquer assunto relacionado com os serviços prestados.

§ 5º – O Contratante poderá, a seu exclusivo critério, rejeitar a indicação do preposto se julgar que os requisitos exigidos não foram cumpridos, e solicitar a sua substituição, a qualquer tempo, no prazo máximo de 3 (três) dias a contar da notificação, que poderá ser feita por meio de *e-mail*.

CLÁUSULA ONZE – DO PREÇO

O valor anual do presente contrato é de **R\$** _____ (_____), assim discriminado:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário R\$
1	Edifício Sede - TRT 12ª Região Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro - Florianópolis/SC. Área: 1.000 m²	2 aplicações	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário R\$
2	Edifício - Coordenadoria de Saúde Rua Esteves Júnior, nº 395, 2º Andar (Prédio Anexo) - Centro - Florianópolis/SC. Área: 530 m²	2 aplicações	
3	Edifício - Fórum Trabalhista de Florianópolis Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, nº 1588, Centro - Florianópolis/SC. Área: 980 m²	2 aplicações	
4	Edifício - Fórum Trabalhista de São José Avenida Acioni Souza Filho, nº 657, Praia Comprida - São José/SC. Área: 671 m²	2 aplicações	
5	Edifício - Vara do Trabalho de Palhoça Avenida Atílio Pedro Pagani, nº 855 - 1º andar - Passa Vinte (Pagani) - Palhoça/SC. Área: 61 m²	2 aplicações	
6	Edifício - Fórum Trabalhista de Joinville Rua do Príncipe, nº 31, Centro - Joinville/SC. Área: 450 m²	2 aplicações	
7	Edifício - Fórum Trabalhista de Blumenau Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1185, 1º e 2º andar, Centro - Blumenau/SC. Área: 160 m²	2 aplicações	

Parágrafo único – Estão incluídas no preço todas as despesas relativas à consecução eficiente e integral do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DOZE – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

A liquidação e o pagamento serão assim efetuados:

I – Condições gerais:

a) os pagamentos serão realizados na forma do SIGEO JT – Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho – Módulo Execução Orçamentária;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

b) para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);

c) é de exclusiva responsabilidade da Contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade pela falta de juntada ao sistema no prazo;

d) eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do email seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059;

e) a nota fiscal deverá ser juntada, pela Contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira e os documentos exigidos na contratação deverão ser encaminhados à Seção de Análise e Liquidação da Despesa – SELAD;

f) a equipe de gestão e fiscalização deverá proceder o recebimento provisório e definitivo do objeto, em conformidade com o art. 9º, da Portaria PRESI nº 775/2022;

g) o prazo para pagamento é de 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação da nota fiscal acompanhada do respectivo recebimento definitivo do objeto de que trata a alínea “f”;

h) para todos os fins, considera-se como data de pagamento, o dia da emissão da ordem bancária;

i) os pagamentos serão realizados de acordo com o cronograma de desembolso do Governo Federal, em moeda corrente nacional, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com as instruções normativas vigentes;

j) havendo erro na (s) nota (s) fiscal (is)/fatura (s) ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será restituída ou será comunicada a irregularidade à Contratada, ficando pendente de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

k) a Contratada será a responsável direta pelo faturamento a que se propõe, não podendo ser aceito documento de cobrança (nota fiscal/fatura) emitido por empresa com a raiz do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ diferente ao daquela, ainda que do mesmo grupo empresarial;

k.1) as Unidades responsáveis pela execução do objeto contratual e detentoras de numeração da raiz do CNPJ idêntica à da Contratada, divergindo somente o sufixo e dígito verificador, poderão emitir Nota Fiscal/Fatura, desde que satisfaçam as condições de habilitação e a regularidade fiscal exigida no processo;

l) a Contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, as certidões abaixo discriminadas:

- CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do seu domicílio ou de sua sede;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou de sua sede;

m) o Contratante poderá reter o pagamento dos valores referentes ao fornecimento realizado nas hipóteses da cláusula quinze, limitado ao valor do dano, ressalvada a possibilidade de rescisão contratual;

n) o Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato;

o) no ato do pagamento será retido na fonte o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, a contribuição sobre o lucro, a contribuição para a seguridade social (CONFINS) e a contribuição para O PIS/PASEP, todos da Secretaria da Receita Federal. No entanto, não recairá esta retenção sobre pessoas jurídicas que apresentarem a Declaração de Optante do Simples, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Receita Federal ou cópia da Consulta ao Portal do Simples Nacional da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente de assinatura contratual e de prorrogação contratual;

p) se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida, via GRU, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa da União.

Parágrafo único – Nenhum pagamento será efetuado na pendência de certificação de conformidade do serviço executado, dada pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

II – Condições particulares e faturamento:

A liquidação e o pagamento não serão mensais, ocorrendo de forma vinculada à efetiva prestação dos serviços em cada um dos 02 (dois) ciclos anuais previstos no cronograma (março e setembro):

a) o pagamento será efetuado com base na metragem quadrada (m²) efetivamente limpa e aprovada pela fiscalização em cada ciclo de aplicação;

b) a emissão e a juntada da Nota Fiscal/Fatura correspondente deverão ser precedidas da entrega e aprovação do relatório circunstanciado, conforme exigido no § 3º da cláusula quarta.

CLÁUSULA TREZE – DO REAJUSTE





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Os preços constantes do contrato serão reajustados, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar da data do orçamento estimado ou da data do último reajuste, limitado o reajuste à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou de outro índice que passe a substituí-lo, e na falta deste, em caráter excepcional, será admitida a adoção de índices gerais de preços de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P \text{ onde:}$$

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês de reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês da data do orçamento estimado;

P = preço atual dos serviços/contrato;

b) para os demais reajustes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;

P = preço do serviços/contrato atualizado até o último reajuste efetuado.

§ 1º – Em caso de ocorrência de deflação ou qualquer outro evento que possa implicar redução do valor contratual para adequá-lo aos preços de mercado, será provocada pelo Contratante mediante a apresentação de planilha com demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato no período correspondente, com vistas à definição do novo valor contratual a ser aplicado.

§ 2º – O valor e a data do reajuste serão informados no contrato mediante apostila.

CLÁUSULA QUATORZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O recurso para atender à despesa acima correrá por conta do orçamento próprio, Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0042 - 0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Natureza da Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.

Parágrafo único – A despesa para os exercícios subsequentes será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada ao Contratante, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINZE – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante., ex vi do art. 120 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

§ 1º – A Contratada ao cometer infrações nas licitações ou na execução contratual estará sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência, que será aplicada nas infrações contratuais leves, que não justifiquem a aplicação de penalidade mais rigorosa.

II – Multa, nos termos do inc. II do art. 156 da Lei nº 14.133/21, a ser aplicada a qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21:

a) multa moratória, pela infração administrativa prevista no inc. VII do art. 155 da Lei nº 14.133/21: decorrente de inobservância dos prazos para cumprimento de obrigações contratuais, na forma definida no edital e no contrato, arbitrada em 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor do(s) item(s) em mora, limitada a 10%;

a.1) se o atraso for superior a 30 (trinta) dias, poderão ser aplicadas cumulativamente as penas de multa moratória e compensatória, facultando-se, ainda, promover a rescisão contratual;

a.2) não sendo possível quantificar o valor da multa moratória ou se ele mostrar-se incompatível com o disposto no art. 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 9.784/99, a multa será de R\$ 1.000,00, podendo este valor ser aplicado em dobro, se as circunstâncias do caso concreto assim recomendarem;

b) multa compensatória, a ser aplicada pelo cometimento de qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, na forma definida no edital, no contrato:

b.1) multa por inexecução parcial arbitrada em 10% (dez por cento) do item/valor mensal do contrato, e aplicada em dobro no caso de reincidência, por ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos I e II do art. 155 da Lei nº 14.133/21;

b.2) multa por inexecução total arbitrada em 10% (dez por cento) do valor total do contrato e aplicada por ocorrência da infração administrativa prevista no inc. III do art. 155 da Lei nº 14.133/21;

b.3) multa arbitrada em 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, e aplicada em dobro no caso de reincidência, por ocorrência das infrações administrativas previstas nos inc. IV a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/01;

b.4) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da nota fiscal, a ser aplicada a cada ocorrência de violação da obrigação da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, durante toda a execução do contrato;

III – Impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do inc. III do art. 156 da Lei nº 14.133/21, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, que será aplicada por ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inc. IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21, que será aplicada por ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento, referida na alínea “c” deste parágrafo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

V – As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II deste parágrafo.

§ 2º – Penalidades da Contratada em face da LGPD:

O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados previstas na cláusula sétima incidirá nas seguintes penalidades:

a) até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;

b) até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.

I – As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e, no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro.

II – As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” não excluem a responsabilidade das empresas pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.

§ 3º – Na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, serão observados os conceitos, critérios, prazos e procedimentos estabelecidos na Portaria Presi nº 340/2022 do TRT da 12ª Região.

CLÁUSULA DEZESSETE – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do art. 137, da Lei nº 14.133/21, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.

II – Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

III – Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.

IV – Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

V – Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.

VI – Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto.

VII – Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas.

VIII – Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

IX – Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º – A extinção do contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

II – Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

§ 2º – O descumprimento reiterado da obrigação da apresentação das certidões elencadas na alínea “I” da cláusula doze e a manutenção em situação irregular perante as obrigações fiscais e trabalhistas poderão dar ensejo à extinção contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DEZOITO – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

I – O presente contrato fundamenta-se:

- na Lei nº 14.133/21;
- na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- nos preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, nos termos do caput do art. 89 da Lei nº 14.133/21;

II – E vincula-se aos termos:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- do edital do processo nº PE 9334/2026, conforme § 2º do art. 89 da Lei nº 14.133/21;
- da proposta da Contratada, conforme § 2º do art. 89 da Lei nº 14.133/21;
- da Portaria Presi nº 70/2021 do Contratante – Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- do Código de Ética do Contratante.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O disposto neste contrato somente poderá ser alterado pelas partes por meio de termos aditivos, asseguradas as prerrogativas conferidas à Administração, enumeradas no caput do art. 104 da Lei nº 14.133/2021 e na cláusula sexta, mediante a apresentação das devidas justificativas e autorização prévia da autoridade competente, assegurados os direitos da Contratada de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 58 da mesma Lei.

Parágrafo único – Nos termos do que dispõe o art. 125 da Lei nº 14.133/21, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VINTE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Além das disposições trazidas no presente contrato, aplicam-se, ainda, o seguinte:

a) a prestação de serviços, objeto do presente contrato, não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta;

b) nada no presente contrato poderá ser interpretado como a criar quaisquer vínculos trabalhistas entre empregados da Contratada e o Contratante. A Contratada assume toda a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas decorrentes da prestação de serviços por seus empregados;

c) a tolerância de uma parte para com a outra quanto ao descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste contrato não implicará novação ou renúncia de direito. A parte tolerante poderá exigir da outra o fiel e cabal cumprimento deste contrato a qualquer tempo;

d) as obrigações contidas nas cláusulas sétima e oitava não são de natureza exaustiva, podendo constar no presente termo obrigações referentes às partes ou a cada parte, que não estejam incluídas no rol de obrigações acima citadas;

e) os termos e disposições constantes deste contrato prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as partes, expressos ou implícitos referentes às condições nele estabelecidas;

f) é vedado à Contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

operação financeira;

g) a Contratada se compromete a guardar sigilo absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução dos serviços objeto deste contrato;

h) dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21 cabe recurso e pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da intimação, nos termos do art. 165;

i) os casos omissos serão dirimidos pela Administração, que poderá disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais e expedir normas complementares, em especial sobre as sistemáticas de fiscalização contratual e repactuação;

j) o princípio da legalidade impõe à Administração a obrigação de fundamentar todos os seus atos, contratos e condutas no ordenamento jurídico. Por decorrência lógica, o tratamento dos dados pessoais coletados pelo Tribunal no presente Contrato para viabilizar sua formalização está em integral conformidade com a Lei nº 13.709/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). Nesse sentido, observa a boa-fé e os princípios elencados no art. 6º, especialmente em relação à proteção dos dados e finalidades de sua utilização. O tratamento desses dados prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.

CLÁUSULA VINTE E UM – DA DIVULGAÇÃO NO PNCP

O Contratante é responsável pela divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos e prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Florianópolis, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, firmou-se o presente termo de contrato, o qual, depois de lido, será assinado eletrônica/digitalmente pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

CONTRATANTE:

TRT da 12ª Região





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

CONTRATADA:

Contrato/26PE9334_limpeza externa de vidros e esquadrias_SCDF





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

ANEXO I

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO – Serviços

CONTRATO/PROAD Nº:
UNIDADE:
EMPRESA CONTRATADA:
PERÍODO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:
FISCAL DO CONTRATO:
Nº DA NOTA FISCAL¹:

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Em cumprimento ao disposto no inciso I, alínea "a", do artigo 140, da Lei 14.133/2021, declaramos que:

- () os serviços foram prestados neste Regional sem ressalvas.
() os serviços foram prestados neste Regional, com as seguintes ressalvas: Justifique e indique a cláusula contratual descumprida ou os indicadores dos Níveis Mínimos e Serviço correspondentes.

Em ____/____/____.

Fiscal Técnico/Demandante/Setorial* do contrato
(informar nome)

¹ Se o recebimento for referente a mais de uma Nota Fiscal, devem ser indicados todos os documentos a que se refere.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Em cumprimento ao disposto no inciso III do §2º do art. 63 da Lei nº 4.320/64 declaro que o serviço descrito na (s) Nota (s) Fiscal (ais) acima indicada foi efetivamente prestado.

Existem ocorrências que interferem na liquidação e no pagamento da despesa?

() Sim. Justifique:

() Não.

Em ____/____/____.

Ass.: _____

Gestor(es) do contrato

Atentar para a segregação das funções de recebimentos provisório e definitivo





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

ANEXO II

**ATESTADO DE CONFORMIDADE PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL -
Contratação de Serviços (continuados sem mão de obra residente, concessionárias
de serviços públicos, locação de imóveis, serviços sob demanda e outros
contratos)**

LIQUIDAÇÃO DA NOTA FISCAL	
CONTRATO/PROAD Nº:	
UNIDADE:	
EMPRESA CONTRATADA:	
PERÍODO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:	
RESPONSÁVEL:	

Item	SIM	NÃO	Não se aplica
1. NA LIQUIDAÇÃO MENSAL DA NOTA FISCAL:			
1.1 O Fiscal de Contrato atestou a conformidade na prestação dos serviços (Caso afirmativo informar o número do marcador do referido documento do respectivo PROAD)			
1.2 Valor da Nota Fiscal corresponde ao valor contratual mensal			
1.3 Verificar se o CNPJ da contratada contido na Nota Fiscal é o mesmo que consta da Nota de Empenho			
1.4 Período da prestação de serviços está correto (sempre corresponde ao mês anterior ao da fatura)			
1.5 O Gestor atestou a nota fiscal no SIGEO?			
2. VALIDADE DAS CERTIDÕES NEGATIVAS:			
2.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas			
2.2 GRF (FGTS)			
2.3 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União			
2.4 Certidão Negativa de Débitos Salariais			
2.5 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual			
2.6 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal			
3. OUTROS ITENS PREVISTOS NO EDITAL/CONTRATO			
3.1			
3.2			





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

3.3			
3.4			
3.5			
3.6			

Em ____/____/____.

Fiscal administrativo do contrato
(informar nome)

